



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 010

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

## Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

## Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO**

<b>008ª SESSÃO ORDINÁRIA .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de presenças.....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente.....</b>	<b>03</b>
Indicações .....	03
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	15
Projetos de Lei Complementar .....	23
<b>Horário do Pequeno Expediente .....</b>	<b>23</b>
Dep. Barbosa Neto .....	24
Dep. Natálio Stica .....	25
Dep. Tadeu Veneri.....	27
Dep. Ratinho Júnior .....	27
Dep. José Domingos Scarpellini....	28
Dep. André Vargas .....	29
<b>Horário do Grande Expediente.....</b>	<b>29</b>
Dep. Artagão Júnior .....	30
Pastor Alceu .....	30
Dep. Elton Carlos Welter .....	31
<b>Horário das Lideranças .....</b>	<b>33</b>
Liderança do PDT: Dep.	
Augustinho Zucchi.....	33
Liderança do PFL: Dep. Plauto	
Miró Guimarães .....	34
Liderança do PSDB: Dep. Valdir	
Rossoni.....	35
Liderança do PMDB: Dep.	
Delegado Bradock.....	36
Liderança do Governo: Dep.	
Natálio Stica.....	38
<b>Ordem do Dia .....</b>	<b>39</b>
Leitura do Expediente .....	39
Discussão/Votação .....	40
2ª Discussão .....	40
1ª Discussão .....	40
Requerimentos .....	42
<b>Explicações Pessoais .....</b>	<b>43</b>
Dep. Neivo Beraldin .....	43

<b>Ordem do dia da próxima Sessão .....</b>	<b>44</b>
<b>Publicações .....</b>	<b>44</b>
Atas de Comissões.....	44
Comissão de Finanças .....	44
<b>Errata.....</b>	<b>45</b>

**010ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE MARÇO DE 2005**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Martins e pela Sra. Deputada Cida Borghetti..

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Cleiton Kielse, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori e Miltinho Pupio (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Indicações*****INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente, comunicar a V. Exa. que, por deliberação de nossa Bancada fui indicado para responder pela Liderança do PL, nesta augusta Casa de Leis.

Certo de poder contar com a sua costumeira atenção, agradeço antecipadamente.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

Líder do Partido Liberal - PL

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Estamos indicando o Deputado Nelson Garcia como membro titular do PSDB, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e o Deputado Luiz Nishimori como seu suplente.

Na oportunidade, renovamos a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PSDB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Estou indicando o meu nome como membro titular do PMDB, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e o Deputado José Maria Ferreira como suplente.

Na oportunidade, renovamos a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder do PMDB

***Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 321**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 09 e 10 deste, para realização de via-

gem a Vitória/ES, a fim de participar da Reunião da Diretoria do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul - UPM.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) HERMES FONSECA

**REQUERIMENTO Nº 282**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 382/2003 (item 02), por dez (10) Sessões.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) NATÁLIO STICA

**REQUERIMENTO Nº 324**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 382/2003 (item 02), por dez (10) Sessões.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) NATÁLIO STICA

**REQUERIMENTO Nº 291**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 117/2004, item 04, da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) MAURO MORAES

**REQUERIMENTO Nº 292**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcado uma Sessão Solene, dia 13 de abril, em comemoração do lançamento da Agenda Legislativa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná-FIEP.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 289**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais vem mui respeitosa-mente, REQUERER a entrega de Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Anice Jamil Aboulhossem Messmar, no dia 18 de maio, às 16h30, em Sessão Plenária.

Dê-se ciência aos Departamentos de Segurança, Cerimonial, Som e demais interessados.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Lazineira de Oliveira Brambilla, ocorrido no dia 06 do corrente mês, na cidade de Santa Fé/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada através de seu filho, Sr. Pedro Brambilla, residente à Rua São Paulo, 510, CEP 86.770-000 - Santa Fé/PR.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Mulher, mãe, esposa, avó. Esta é a trajetória de vida de dona Lazineira de Oliveira Brambilla, natural de Porangaba, São Paulo, que na seqüência adotou o Paraná como seu Estado, sendo uma das pioneiras do Município de Santa Fé.

Na simplicidade do dia-a-dia, fez da sua vida uma lição de humildade e de amor ao próximo. Dona Lazineira soube, como ninguém, viver intensamente cada momento, de forma centrada na sabedoria que os anos lhe outorgam.

Porém, como a vida é uma passagem, dona Lazineira cumpriu a sua missão e nos deixou. Ficam as boas lembranças, ficam as boas lições, ficam as sementes de amor que ela espalhou por onde passou que, com absoluta certeza, vão gerar belos e bons frutos.

Neste momento de pesar, nos juntamos ao sofrimento dos seus familiares e amigos. Porém, a fé cristã nos assegura que dona Lazineira nos deixou temporariamente, uma vez que o reencontro é certo.

Que Deus no seu amor infinito receba dona Lazineira na sua morada eterna e, ao mesmo tempo, console o coração de todos que sofrem com a partida de um ente querido.

Que Deus ilumine a todos.

#### REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Amauri Queiroz Magalhães, ocorrido no dia 03 do corrente mês, na cidade de Guaraniáçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada através de sua esposa, Sra. Leoni Carneiro Magalhães, residente no Alto Pinhal, CEP 85.400-000 - Guaraniáçu/PR.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Uma notícia que ninguém gosta de dar e nem tampouco de receber, é aquela que se refere à partida de um ente querido. O Sr. Amauri Queiroz Magalhães nos deixou.

Porém, ficam as lembranças de uma vida repleta de muito trabalho e de dedicação em prol do próximo. “Seo” Amauri foi um grande lutador. Fundador do PMDB de Guaraniáçu, teve toda a sua trajetória marcada na defesa intransigente das causas justas e voltadas à melhoria da qualidade de vida da população.

Líder comunitário, presidiu a Associação do Alto Pinhal, onde realizou um trabalho digno de todos os elogios. Como cristão, teve atuação importantíssima junto à Igreja Católica, com relevantes serviços prestados à comunidade.

Falar das boas obras realizadas pelo “seo” Amauri é fácil. Porém, neste momento, nos irmanamos com a dor de todos que conviveram diretamente com este homem digno, honrado e de caráter.

“Seo” Amauri partiu. Cabe a nós, dentro da nossa fé cristã, acreditarmos que ele está na morada eterna com o Pai Criador. E pedir que este mesmo Pai, dentro do seu infinito amor, console a todos que ainda sofrem com esta partida.

Que Deus ilumine a todos.

#### REQUERIMENTO Nº 279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Roberto Neubauer.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 280

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, voto de pesar à família de Lara Miguel pelo falecimento do Desembargador Dr. Abrahão Miguel, deixando viúva a Dona Maria José, filhos e netos.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná perde uma das suas mais ilustres personalidades com o falecimento do Dr. Abrahão Miguel, deixando uma lacuna histórica no mundo jurídico deste Estado. Quer como cidadão, quer como Desembargador, Dr. Abrahão Miguel nos lega o exemplo de cordialidade e honradez.

#### REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Tozo, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida

por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lázaro Peixoto Bayer, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Doralícia Urbano Pires, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Cavasso Klenk, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 336

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivete Padilha Stival, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Alves da Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Abrahão Miguel, que exerceu mandato na Assembléia Legislativa do Estado, durante a 6ª Legislatura, 1967/71. Homem público de carreira irreparável, Abrahão Miguel era Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado, onde foi eleito por seus Pares, Presidente daquele Poder.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar à família

Almeida, pelo falecimento da Sra. Marta, ocorrido dia 08 de março, na cidade de Londrina.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia ao seu filho Marco Almeida, à Rua Dr. Elias César 155, ap. 602, Jardim Petrópolis, CEP: 86.015 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do adolescente Luiz Danilo Paes de Almeida, em consequência de atropelamento ocorrido na noite de sábado, 19 de fevereiro passado, causado por um motorista embriagado que evadiu-se do local sem prestar socorro à vítima.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Francisco Manoel, 354 - CEP: 84.020-580 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 314

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Reverendo Monsenhor Sidney Zanettini na cidade de Nova Prata-RS.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

O Padre Sidnei dirigiu a Paróquia de Santa Isabel do Ivaí, logo no início da sua missão sacerdotal, nos anos de 1966 a 1969.

Lá exerceu ainda o magistério, lecionando no Colégio Normal Estadual Dr. Erasto Gaertner.

Sua passagem por aquela cidade, foi marcada pela mostra da sua inteligência, dos seus atributos de oratória, pelo seu espírito ecumenista para o início das instalações de diversas benemerências.

Posteriormente à sua estada em Santa Isabel do Ivaí, Monsenhor Sidney foi Cura da Catedral de Maringá, onde realizou diversas obras físicas e espirituais naquela Diocese.

Uma das suas últimas atitudes foi a doação da área de um hectare - fruto de herança paterna - para

obra assistencial na cidade onde nasceu Nova Prata, onde também foi sepultado no último sábado, dia 05 de março.

Que, da decisão desta Assembléia, dê-se ciência ao Monsenhor Francisco Antonio de Sousa, dirigente maior da Paróquia de Santa Isabel do Ivaí - Praça Eduardo Otto - CEP: 87.910-000 - Santa Isabel do Ivaí-PR.

#### REQUERIMENTO Nº 319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do fazendeiro Adriano Caus Binotto, aos 38 anos de idade, que foi brutalmente assassinado por bandidos em sua fazenda localizada em Caetano Mendes, Município de Tibagi, ocorrido no dia 05.03.2005.

Requer, também, após decisão do Plenário desta Casa de Leis, envio de correspondência à Avenida Silva Jardim 856, Vila Oficinas, CEP: 84.040-020, Ponta Grossa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Laurindo da Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco Rodrigues Martins e Inês Conforte Martins, que completou 53 anos de união conjugal, celebrando bodas de antimônio.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Sessão, votos de congratulações pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado nesta data.

Sala das Sessões, em, 09.03.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Durante décadas, o papel da mulher limitava-se às funções de dona de casa, mãe e esposa. O tempo passou e as mulheres, que até então eram consideradas frágeis, foram aos poucos conquistando, com muita persistência, o seu espaço na sociedade. Sempre engajadas na luta pela igualdade social, a cada geração ficaram mais independentes.

E foi com esta sede de justiça que ocorreram as mudanças sociais. O acesso à educação, o controle da natalidade e o direito ao emprego foram algumas das grandes conquistas. Para se ter uma idéia de como foram discriminadas, o direito ao voto feminino só foi alcançado há pouco mais de setenta anos, em 1932, quando Getúlio Vargas aprovou o novo Código Eleitoral. Vale ressaltar que todas essas conquistas não lhe foram doadas, mas merecidamente conferidas.

Apesar destas mudanças, o preconceito e a discriminação ainda existem. Prova disso, é que o número de mulheres em cargos de direção é pequeno, mesmo mostrando excelente atuação profissional. A disparidade salarial também ocorre frequentemente, pois em alguns casos, as mulheres chegam a ganhar de 30% a 35% menos que os homens, por mais que desempenhem as mesmas funções.

Na política, a classe feminina também é minoria. Exemplo disso, é que no cenário nacional, dos 511 Deputados Federais em exercício neste momento, apenas 45 são mulheres, de acordo com a Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. No Senado, das 81 cadeiras, somente nove são ocupadas pelo sexo feminino. Dos 27 Estados, dois são governados por mulheres.

Esta disparidade também ocorre em âmbito estadual. Nos 150 anos de história da Assembléia Legislativa, somente oito mulheres passaram na Casa até a legislatura passada, sendo que a primeira Deputada foi Rosy Pinheiro Lima, eleita para o período de 1947 a 1950. Atualmente, das 54 cadeiras, apenas quatro são ocupadas por mulheres.

O sexo feminino também é a minoria nas Prefeituras e Câmaras de Vereadores. Segundo os dados da Associação dos Municípios do Paraná, dos 399 Prefeitos

eleitos em 2004, 24 são mulheres. Já para Vereador, das 3693 cadeiras, cerca de 405 pertencem à classe feminina.

Apesar de ser pequeno o número de mulheres que ocupam cargos políticos, é importante dizer que exercem perfeitamente as suas funções. São dinâmicas, detalhistas e agem pela razão e emoção, mostrando, a cada instante, a sua competência.

Vale salientar que apesar desta luta incessante para provar as suas qualidades profissionais, não deixam de ser femininas, vaidosas, mães, esposas e donas de casa. E mais do que isso, as mulheres têm o dom de conciliar perfeitamente o lado pessoal e profissional.

Parabéns a todas as mulheres pelo seu Dia Internacional, mesmo que esta data deva ser comemorada todos os dias.

#### REQUERIMENTO Nº 340

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à Camerata Antiqua de Curitiba, pela auspiciosa realização dos concertos comemorativos do aniversário de 312 anos de Fundação da Cidade de Curitiba, com a execução da complexa e admirada peça “Paixão Segundo São João”, de Bach, executada no final de semana, sexta e sábado, na Igreja Senhor Bom Jesus e no Teatro Guaíra, Auditório Salvador de Ferrante, bem como pelo anúncio da temporada musical de 2005, com próximos 38 concertos da mesma apreciada Orquestra e seu refinado coro.

Registre-se este louvor na pessoa dos 32 integrantes cantores e instrumentistas, seis solistas e sete intérpretes, na Camerata Antiqua de Curitiba - conjunto musical único no Brasil - do maestro e cravista Nicolau de Figueiredo, e do notável contra-tenor curitibano Paulo de Macedo Mestre, bem como do Presidente da Fundação Cultural de Curitiba, jornalista Paulino Viapiana, e do Prefeito Beto Richa.

Sala das Sessões, em 09.03.2005

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tem sido tradição, poucas vezes interrompida, a execução em Curitiba, das “Paixões de Cristo” de Bach, nas nossas igrejas. Eu, quando Prefeito, procurei apoiá-las na Catedral, com a nossa Camerata. A administração do Prefeito Beto Richa retoma o admirado costume de raízes européias, bom para o turismo e para a fé cristã.

Esta versão da Paixão de Bach, segundo o Evangelho do Apóstolo João, foi encenada pela primeira vez em 1724, em Leipzig, na Igreja Nicolai, na sexta-feira santa. A partitura utilizada atualmente é de uma versão de 1749, já que os originais, perdidos, foram modificados.

Seja este requerimento encaminhado ao Prefeito de Curitiba, Beto Richa, e ao Presidente da Fundação Cultural de Curitiba, jornalista Paulino Viapiana, Praça Garibaldi, nº 7 - CEP 80410-250.

# REQUERIMENTO Nº 320-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem respeitosamente a este douto Poder Legislativo, REQUERER que depois de ouvido o Plenário, sejam concedidos votos de congratulações e louvor ao Monsenhor Domingos Salomão Kahel, pelos serviços prestados à comunidade do Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 09.03.2005

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Monsenhor Domingos Salomão Kahel, deixou a Paróquia de São José dos Pinhais após 23 anos de trabalho pastoral, servindo à comunidade. Dos 45 anos de sacerdócio, mais da metade foram dedicados aos são-joseenses.

No Município, construiu e firmou sua vida sacerdotal, chegando como Padre, depois passou a Cônego e atualmente é Monsenhor. É uma pessoa extraordinária e preparada intelectualmente tanto na área teológica como na filosofia, afinal sempre seguiu rigorosamente a formação diocesana, onde a humildade, a reserva, a caridade são pontos relevantes, sendo assim, sua espiritualidade e sua bondade superam o ser humano.

Em mais de duas décadas de trabalho, muitas foram as suas obras, como: a implantação do diaconato, formando diáconos, Ministros da Eucaristia, catequese com centenas de crianças, jovens e suas famílias, a Pastoral Vocacional - Movimento Serra, Legião de Maria, Marianos e o Instituto Luz e Vida, Pastoral da Solidariedade. No atendimento atuou com os necessitados, associação das Senhoras da Caridade São Vicente de Paulo, com as cozinhas comunitárias centrais e na Vila Jurema, Pastoral da Terceira Idade, Apostolado da Oração, Movimento das Capelinhas, Movimento de Irmãos, Coral da Paz, Grupo de Liturgia, Conselho Pastoral Paroquial, Comissão de Atividades Econômicas, Jornal Espaço Cristão, visitação mensal aos doentes, enfermos, entre outras atividades.

Com o presente requerimento, prestamos justa e merecida homenagem ao Monsenhor Domingos que tanto fez à comunidade são-joseense, registrando nos Anais desta Casa de Leis, votos de congratulação e louvor.

Após a decisão sobre o requerimento, solicito que seja encaminhado uma cópia do documento para a Igreja Nossa Senhora da Conceição, na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 112, caixa postal 22, CEP 84130-000, no Município de Palmeiras / PR.

# REQUERIMENTO Nº 323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Guaraqueçaba, pela comemoração, no próximo dia 11 de março/2005, de seus 460 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Raid Said Zahqui, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Gerce Cunha, bem como a todos os Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 11 de março/2005, Guaraqueçaba estará comemorando seu 460º aniversário de emancipação política, e é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento econômico, urbanístico e social.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação, com o respaldo de seus representantes, bem como com a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação do Município de Guaraqueçaba, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e comprometidos com as mudanças que estão a promovê-la, sempre contando com o apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

É portanto, nesta data tão significativa que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e todos os Vereadores, bem como toda a população de Guaraqueçaba, são credoras da homenagem e do reconhecimento deste Deputado, na certeza de que continuará com a mesma pujança e garra, sendo exemplo e cópia-modelo para os demais Municípios paranaenses.

# REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao 30º ano da Turma Professor Ari Florencio Guimarães, formandos de 1974 do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, pelos relevantes serviços prestados na área jurídica e à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) CESAR SELEME

# REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER votos de louvor e emissão de diploma ao Sr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente do jornal Gazeta do Povo, pelas grandes contribuições à sociedade paranaense e brasileira.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) NEIVO BERARDIN



## REQUERIMENTO Nº 317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Diário Popular pelo seu 42º aniversário que ocorreu no último dia 04 de março.

Favor enviar correspondência, na pessoa de seu Presidente, Sr. Abdo Aref Kudri, no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 1190 - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

## REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Pastor João Mendes.

A referida homenagem se deve pelo relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 281

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Joaquim de Campos Rodrigues.

A referida homenagem se deve pelo relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Milton Ferreira.

A referida homenagem se deve pelo relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Flaudemir Vieira.

A referida homenagem se deve pelo relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Paulo Pires de Souza.

A referida homenagem se deve pelo relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da Ata da presente Sessão Plenária, de voto de moção de aplausos, ao diretor do jornal Diário Popular, Dr. Abdo Aref Kudri, pela passagem dos 42 anos do periódico.

Fundado há mais de 42 anos e circulando ininterruptamente nesse período, o Diário Popular esteve presente nos fatos mais relevantes da vida paranaense e nacional. Um compromisso com o leitor que aprendeu a reconhecer a clareza e imparcialidade com que as notícias são divulgadas.

Hoje o Diário Popular circula em mais de 171 municípios, incluindo a Região Metropolitana de Curitiba e litoral. Mais de seiscentas bancas expõem diariamente o jornal fazendo com que a primeira e última página sejam lidas por mais de 15 mil pessoas.

Possui 4.257 assinantes fixos e outros 1.177 leitores recebem exemplares de cortesia, divididos entre empresas de serviço, repartições públicas, indústrias e estabelecimentos comerciais.

Parabenizo tão nobre e dinâmico diretor pelos 42 anos de um veículo de credibilidade que exerce o verdadeiro jornalismo que o Paraná merece.

Requer ainda, o envio de correspondência ao diretor do jornal Diário Popular, Dr. Abdo Aref Kudri, sito à Rua XV de Novembro, 119 - Centro - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) CLEITON KIELSE

## REQUERIMENTO Nº 298

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da Ata da

presente Sessão Plenária de voto de moção e aplausos, às jornalistas do Estado do Paraná pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 08 de março.

Segundo dados do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná, dos 3.800 filiados cerca de 1.114 são mulheres. Estes números representam apenas as profissionais sindicalizadas, sendo muito mais significativo em números ainda não contabilizados dessas profissionais que dia-a-dia trabalham nas redações dos veículos de comunicação de nosso Estado.

Parabenizo nesta data todas as mulheres que ganharam o mercado de trabalho e conquistaram seu espaço, como também aquelas que se esforçam e lutam pela conquista do diploma dentro das muitas Faculdades e Universidades do País.

Em especial presto esta homenagem à categoria da classe jornalística, a qual engrandece a nossa informação tão necessária e divulgada com sensibilidade e total realismo.

Requer ainda, o envio de correspondência ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná, Ricardo Medeiros, sito à Rua José Loureiro, 211, CEP 80010-140 - Centro - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Sr. Vinicius Reali Paraná, Coordenador da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando ofício da Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul e do ilustre Vereador Antonio Dias Martins, solicitando com a máxima urgência providências no sentido que seja procedida a doação de um veículo para o combate da dengue e outras endemias, na área urbana e rural do Município de Alvorada do Sul.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Sr. Marcos Antonio Voltarelli, Prefeito Municipal e ao Vereador Antonio Dias Martins, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Prefeito Antonio de Souza Lemos, 32 - Alvorada do Sul - PR.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando recursos financeiros para aquisição de medicamentos, equipamentos e reforma do prédio da

Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Rosário, Município de Colombo.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 258

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando recursos financeiros para remoção do prédio atual e construção de novo prédio para a Delegacia de Polícia do Alto Maracanã, Município de Colombo.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Carlos Cheida, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando recursos financeiros para construção de um barracão, para atender 105 (cento e cinco) agentes ecológicos da Associação de Tratamento Ambiental do Município de Goioerê.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 308

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem-DER, solicitando recursos financeiros para a duplicação da Rodovia da Uva, trecho que liga Curitiba a Colombo.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 309

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Diretor-Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba COMEC, Sr. Alcendino Bittencourt Pereira, solicitando recursos financeiros para reforma do terminal de ônibus do Alto Maracanã, Município de Colombo.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

## REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Ricardo Gomide, Diretor-Presidente do Paraná Esporte, no sentido de viabilizar recursos financeiros para aquisição de um microônibus para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Esportes de Ubitatã.

A propósito estamos anexando cópia do ofício 023/2005 da Câmara Municipal.

Requer, outrossim, que seja enviado cópia do expediente ao Vereador Marcos da Silva Retamero.

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

## REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Valter Richter (Alto Piquiri - Paraná - CEP 87580-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura para a Polícia Militar do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Décio Jardim Júnior (Alto Piquiri - Paraná - CEP 87580-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Pérola, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Claiton Cleber Mendes (Pérola - Paraná - CEP 87540-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Angela Mercia Azedo (Câmara Municipal - CEP 87540-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Douradina, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, José Carlos Pedroso (Douradina - Paraná - CEP 87485-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereador Alberto Roberti (Câmara Municipal - CEP 87485-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Maria Helena, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Osmar Trentini (Maria Helena - Paraná - CEP 87480-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereador João Madeira (Câmara Municipal - CEP 87480-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de recursos para a manutenção do Hospital Santa Casa de Engenheiro Beltrão, do Município de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, conforme consta na Lei Orçamentária nº 14.600 para o exercício de 2005.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, José Dal Ponte (Engenheiro Beltrão - Paraná - CEP 87270-000), bem como para a Presidente

da Câmara Municipal, Vereador Rui Cury (Câmara Municipal - CEP 87270-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de recursos para a aquisição de uma ambulância equipada, do Município de Iporã, Estado do Paraná, conforme consta na Lei Orçamentária nº 14.600 para o exercício de 2005.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Cássio Murilo Hidalgo (Iporã - Paraná - CEP 87560-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereador Edmilson Ferreira dos Santos (Câmara Municipal - CEP 87560-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Renato Adur, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de recursos para recapeamento asfáltico no perímetro urbano, no Município de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, conforme consta na Lei Orçamentária nº 14.600 para o exercício de 2005.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, José Dal Pont (Engenheiro Beltrão - Paraná - CEP 87270-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereador Rui Cury (Câmara Municipal - CEP 87270-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Renato Adur, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de recursos para a construção de um Barracão de Múltiplo Uso, para o Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, conforme consta na Lei Orçamentária nº 14.600 para o exercício de 2005.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Marcos Antonio Bogas Oliveira (Cafezal do Sul - Paraná - CEP 87567-000), bem como

para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Vieira dos Santos de Oliveira (Câmara Municipal - CEP 87567-000).

Sala das Sessões, 09.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação de Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Colorado.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de Colorado, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distantes de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

#### REQUERIMENTO Nº 315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação de Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de Boa Esperança, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distantes de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

## REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando 05 (cinco) aparelhos de ar condicionado para o Colégio Estadual Sol de Maio, no Município de Foz do Iguaçu, conforme reivindicação do Vereador Geraldo Martins.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

## REQUERIMENTO Nº 275

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Lei, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Humberto Sérgio Costa Lima, solicitando ao mesmo que determine, em caráter de urgência, a inclusão da Microcirurgia Endoscópica Transanal, no tratamento de tumores do reto, na tabela de procedimentos médicos de alta complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS.

O método denominado Transanal Endoscópico Microsurgery (Microcirurgia Endoscópica Transanal) conhecido internacionalmente pela sigla TEM, beneficia os doentes submetidos a ele, dando uma chance àqueles que necessitariam tirar o reto e usar uma bolsa de colostomia, propiciando menores taxas de complicações, menor mortalidade pós-operatória, especialmente as relacionadas às disfunções na esfera urinária e sexual, menor tempo de internamento, retorno precoce à atividade profissional, menor custo benefício e, portanto, maior efetivação na comparação com as cirurgias radicais convencionais e amputativas.

Devem ser incluídos nesse protocolo todos os doentes de Adenomas Sésseis que não excedam oito centímetros de extensão; neoplasias intraepiteliais de alto grau; carcinomas *in situ*; e as displasias de alto grau; os carcinomas T1 que invadem a mucosa e a submucosa; e em casos escolhidos os carcinomas T2 e T3.

No Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, sob a coordenação do professor Dr. Roberto da Silveira Moraes, titular da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, é desenvolvida a Disciplina de Cirurgia do Aparelho Digestivo. Trata-se de projeto institucional multidisciplinar denominado Tratamento Minimamente Invasivo dos Tumores Retais, envolvendo endoscopia (Prof. Dr. Sérgio Bizinelli), ultrassonografia (Dr. Marcus Trippia), patologia (Prof. Dr. José Eduardo Queiroz Telles), oncologia (Prof. Dra. Glacy Moura).

É fundamental a providência reivindicada, proporcionando condições de acesso a tratamentos menos invasivos às pessoas carentes de recursos financeiros.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER, reformas no Colégio Estadual Paula Gomes, localizado no Bairro Santa Quitéria - Curitiba-PR, conforme entendimentos anteriores com a Sra. Sandra Turra, Diretora-Presidente da FUNDEPAR.

Vale ressaltar que o referido colégio tem os seguintes processos cadastrados e em trâmite: 5122253, de 28/05/2002; 8277456 de 01/12/2004 e o 8349049-7 (o qual inclusive necessita de atenção com máxima urgência, por se tratar de espaço na cobertura do colégio, apresentando grande risco aos alunos e colaboradores).

Segue em anexo fotos da reunião realizada no dia 03 de março em que estivemos presentes, com a direção da escola e com professores, bem como outras fotos que retratam o risco de desabamento de parte da estrutura do Colégio.

Por isso e muito mais, solicitamos especial empenho para a conclusão das obras no menor tempo possível.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

## REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente, ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Orlando Pessuti, solicitando levantamento da situação da cocoicultura nas regiões Norte/Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

## JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação decorre de pedido da Associação Paranaense de Produtores de Coco, a ASPAR-COCO, que encontra dificuldades para acompanhar o desenvolvimento da cultura de coco na região, vez que a maioria dos plantios não são comunicados à entidade, impedindo-a de fornecer acompanhamento técnico, inclusive.

Alega a entidade não dispor de condições para registrar o número de plantios comerciais, os estágios em que os mesmos se encontram, produção, comercialização, situação sanitária, etc.

Sugere a ASPARCOCO que os dados solicitados poderão ser coletados pela EMATER, empresa vinculada à SEAB.

## REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando 24 (vinte e quatro) ventiladores de

parede para doze salas de aula, para o Colégio Estadual Ipê Roxo, no Município de Foz do Iguaçu, conforme reivindicação da Diretora Alenir II, da Silva, em anexo.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 333

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi e ao Diretor do DER, Rogério Tissot, informar quanto às licitações realizadas pelo DER a partir de 1º de janeiro de 2003, tendo por objeto a restauração, a conservação e a manutenção de rodovias estaduais, o seguinte:

01 - qual o objeto de cada uma das licitações (restauração, conservação, “tapa-buracos”, etc.);

02 - quantos editais de licitação foram formulados e publicados para esse fim? Juntar cópias, e informar a data das respectivas publicações no órgão oficial de imprensa;

03 - quais os trechos de estradas, objeto das licitações e qual o valor máximo por trecho, quantos quilômetros cada trecho? Qual o custo por quilômetro?

04 - Quantas empresas retiraram os envelopes com o detalhamento das licitações? Quantas apresentaram propostas?

05 - Qual a empresa vencedora? qual o valor contratado? Qual a data de início e a data estabelecida para conclusão de obra? A obra foi concluída dentro do prazo previsto? Houve interrupção de alguma obra? Qual o motivo?

06 - Existem contratos já encerrados? Em relação a estes, houve necessidade de formalização de aditivo contratual? Em caso positivo, informar qual o seu objeto, o valor do aditivo e o valor do contrato original, juntar as respectivas cópias.

07 - Houve alguma licitação sem homologação de vendedor, ou seja, considerada deserta? Em caso positivo quantas? Quais os trechos e o que teria causado a falta de interesse das empresas, e quantas vezes a mesma obra foi objeto de licitação?

08 - Houve alguma contratação de serviço ou obra em rodovia estadual, em caráter emergencial, com dispensa de licitação?

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, propõe à egrégia Assembléia o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que determine

ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a elaboração de termo de cessão em comodato, da chamada “Floresta Metropolitana Estadual”, em Piraquara, hoje totalmente abandonada, para que sua administração seja realizada pela ONG “Mananciais da Serra”, presidida por Luiz Ernan Silva Hildebrando, com sede em Piraquara, à Rua 29 de Janeiro, nº 77, CEP: 83.306-010, na Vila Juliana, daquela cidade.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Todo o povo é testemunha do abandono do local, de onde saíram há muito tempo os agentes do poder público.

A referida Organização Não Governamental propõe-se a assumir o espaço totalmente abandonado pelo Poder Público desde o Governo anterior, a fazer reparos na sede, para utilizá-la como escritório central e espaço de educação ambiental, com salas de aulas onde serão realizadas palestras de inclusão digital e educação ambiental para jovens e adultos, e ainda, de conscientização da população vizinha sobre a importância dos mananciais da Serra do Mar de Piraquara enquanto berço das águas de Curitiba.

Compromete-se ainda, a ONG, a retirar os escombros da área e a construir um portal, lutando pela despoluição do rio Curralinho que adentra a floresta de eucaliptos e tem como remanescente uma mata ciliar de reserva de Mata Atlântica. Tudo isto será acompanhado por um bioquímico.

Essa mata possui importantes espécies de fauna e flora que estão a pedir catalogação por biólogos, coisa que a ONG Mananciais da Serra se propõe a fazer utilizando a área como Campus-escola.

A ONG pretende ainda contratar um profissional da área de vigência para evitar invasões indevidas.

A ONG compromete-se ainda a preservar integralmente o meio ambiente, lutar por sua preservação e transformar a Floresta Metropolitana em atração turística ecológica regional.

A ONG “Mananciais da Serra” não vê empecilhos em trabalhar em parceria nos projetos de inclusão social com a Prefeitura de Piraquara e outras ONG’s. Assim é que parece a este Deputado do PMDB, ser excelente caminho o Governo do Estado delegar um espaço, onde não existe ação, a quem quer dele se ocupar. O comodato será cancelado se as finalidades não forem cumpridas.

#### REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Colônia Antonio Prado, sita no Município de Almirante Tamandaré, que solicitam policiamento ostensivo nas proximidades do

ponto final da linha Almirante Tamandaré. Ocorrem assaltos com frequência nos ônibus dessa linha, nas ruas, na saída da igreja, em todos os lugares e a qualquer momento. O local é muito escuro e os assaltantes aproveitam para atacar suas vítimas.

A comunidade encontra-se muito apreensiva e sem segurança alguma, motivo pelo qual pedem o policiamento o mais urgente possível.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 334

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender ao pedido do Sr. Luiz Carlos Ribeiro, residente à Rua Deputado Anibal Curi, nº 275 - Bairro Afonso Pena, que pede reparos em frente à sua residência, tendo em vista que no dia 18/02, do corrente ano estourou um cano de água da rua, a SANEPAR executou o conserto, porém ficou um buraco que está em fase de erosão. Muitos transtornos estão sendo causados aos moradores, motivo de tal reivindicação.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 398-8631.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 075/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido no âmbito do Estado do Paraná a cobrança de juros e mora nas contas de água e luz a pessoas de baixa renda e ao idoso.

Parágrafo Único. Fica estipulado o prazo de 30 dias para o pagamento das mesmas sem a cobrança de juros e mora. A partir do 31º dia, fica autorizada a cobrança de juros e mora.

Art. 2º O descumprimento do disposto por parte de qualquer órgão ou entidade acarretará em crime de responsabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Com a atual situação financeira do País, é cada vez maior o número de inadimplência nas contas de água e

luz, principalmente por parte de uma camada muito sofrida da população, que é a de baixa renda e o idoso de baixa renda. É muito justo que essas pessoas fiquem isentas de pagar juros e mora por atraso nas contas de produtos imprescindíveis à vida.

Não é justo que pessoas carentes, que não têm a menor condição, arcar com esse tipo de despesa, pois o pouco que ganham mal dá para se manter.

Portanto, peço aos meus Pares apoio para aprovar tão importante projeto. Vamos procurar dar um nível de vida melhor a essas pessoas dentro do possível, fazendo aquilo que está ao nosso alcance.

#### PROJETO DE LEI Nº 076/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinado que toda carteira de habilitação que vier a ser emitida pelo DETRAN/PR a partir da promulgação desta lei deverá conter impresso no verso do documento o tipo sanguíneo do titular.

Art. 2º No caso de o titular do documento não desejar que a informação de seu tipo sanguíneo seja impressa no documento de habilitação, deverá constar no documento a seguinte observação: "tipo sanguíneo não informado".

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Tem por objetivo a presente proposição facilitar o trabalho das equipes de salvamento e emergências de hospitais no que tange ao primeiro atendimento a acidentados.

Muitas vezes motoristas andam apenas com o documento de habilitação, utilizando também o mesmo como documento de identidade. Fazer com que conste nele o tipo sanguíneo fará com que o atendimento a acidentados seja mais eficiente.

#### PROJETO DE LEI Nº 077/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado do Paraná, a obrigatoriedade da realização anual de perícia técnica e acompanhamento das condições referentes à construção civil e à engenharia de materiais utilizados em pontes e viadutos integrantes do sistema de rodovias e

estradas estaduais, com a respectiva elaboração e divulgação de laudos técnicos.

Parágrafo Único. Incumbirá às concessionárias e/ou permissionárias, bem como, à empresa ou órgão do Poder Público responsável, conforme o caso, a responsabilidade pelo cumprimento do quanto exigido no *caput* deste artigo.

Art. 2º O Poder Executivo, através do órgão próprio, regulamentará a presente lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa, entre outros objetivos, garantir a preservação da vida dos usuários das rodovias e estradas que compõem o sistema viário do Estado do Paraná, numa ação preventiva e responsável da autoridade pública ou de sua permissionária e/ou concessionária.

Ademais, a nova forma de administração do Estado pressupõe, entre outras exigências da sociedade, a qualidade no atendimento prestado ao consumidor, através do estabelecimento de quesitos que visem a proteção à integridade física e à saúde do consumidor. Temos em mente que, ao se aprovar a presente proposição, estaremos contribuindo, sensivelmente, para que a qualidade dos serviços públicos, prestados direta ou indiretamente, venha ganhar maior credibilidade junto aos usuários desses serviços, bem como, administrando com maior eficiência e, inclusive, economizando o dinheiro público, uma vez que toda ação preventiva, bem programada, evita gastos maiores e indenizações desnecessárias.

Um governo sério se faz com atitudes sérias e, por conseguinte, se constrói, rogo aos meus Pares que façam valer a sua representação popular, votando favoravelmente a este projeto de lei e, conseqüentemente, a favor da população paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 078/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Lixo Reciclado na Escola, a funcionar nas escolas da rede pública estadual, visando a educação ambiental e a formação de cidadãos engajados na transformação das relações da sociedade com o meio ambiente.

Art. 2º O Programa Lixo Reciclado na Escola, consiste na implantação de sistema de coleta seletiva de resí-

duos recicláveis nas dependências da escola, sob a orientação da direção da escola, professores e demais funcionários.

§ 1º As atividades didático-pedagógicas fundamentadas na educação ambiental consistem em ações por parte dos professores, que possibilitem a compreensão do gerenciamento do programa, bem como a implementação do processo da coleta seletiva e a sua viabilidade econômica, estimulando, ainda, a apresentação de trabalhos, por parte dos alunos, envolvendo o tema.

§ 2º Caberá ainda aos professores, de forma interdisciplinar, dar ênfase à educação ambiental, podendo contar com a participação de outros órgãos do governo e Organizações Não Governamentais.

Art. 3º O processo de coleta seletiva a que se refere esta lei, consiste na separação de materiais descartados, tais como papel, papelão, plástico, alumínio, vidro, etc. e seu armazenamento em recipientes dispostos no interior das escolas, em local de fácil acesso para sua posterior comercialização.

Parágrafo Único. Os recipientes a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser utilizados para armazenar o lixo, de forma separada, identificados com as cores padronizadas para reciclagem, na forma abaixo:

I - verde, para armazenamento do vidro;

II - azul, para armazenamento de papel e papelão;

III - vermelha, para armazenamento dos plásticos; e

IV - amarela, para armazenamento dos alumínio.

Art. 4º Ao início de cada ano letivo, será formado um Conselho do Lixo em cada unidade escolar, com o objetivo de discutir e planejar as ações a serem desenvolvidas, e visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da participação no Programa.

Art. 5º Compete ao Conselho do Lixo, juntamente com a direção da escola, apresentar, semestralmente, o balanço financeiro do produto obtido com o material reciclado.

Art. 6º Caberá ainda ao Conselho do Lixo:

I - planejar e executar ações com o objetivo de recolher materiais recicláveis junto à comunidade, a qual a escola esteja instalada;

II - promover atividades didáticos-pedagógicas com o propósito de difundir a educação ambiental dentro e fora da escola;

III - participar e organizar, junto à comunidade, ações referentes à conservação e preservação do meio ambiente;

IV - instituir o espaço físico que será destinado ao armazenamento dos materiais recicláveis recolhidos pelos alunos, bem como os doados pela comunidade;

V - manter controle da quantidade e dos tipos de materiais recicláveis que entram no recinto escolar;



VI - organização de gincanas ecológicas inter-classes com o objetivo de ampliar a participação dos alunos na coleta de materiais recicláveis.

Art. 7º O lucro obtido com a comercialização do lixo será revertido em material didático-pedagógico, de informática e benfeitorias para a própria escola.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A criação do Programa Lixo Reciclável na Escola visa conscientizar os alunos da Rede Pública Estadual, para a necessidade de preservação do meio ambiente, integrado à comunidade escolar: pais, alunos e profissionais de educação, na busca do desenvolvimento sustentável ambiental.

Um dos objetivos do projeto é manter uma melhor organização do ambiente escolar, bem como obter recursos financeiros com a venda do material reciclado, e que esses recursos sejam revertidos na compra de material didático-pedagógico, informática e em benfeitorias para a própria escola.

Por esses motivos, requer o apoio dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 079/2005

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Manoel, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, com CNPJ 02.876.578/0001-31.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar a Associação citada de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos e econômicos, nascida legalmente em 26/10/1998 com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo a promoção do desenvolvimento comunitário das pessoas que a congregam.

Por a Associação atender os requisitos legais deste Estado, através da documentação anexada, requer-se o apoio os nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 080/2005

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Jovens Com Uma Missão - Ponta Grossa, com sigla JOCUM - Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, com CNPJ 05.979.591/0001-04.

Art. 2º Revoga-se a Lei nº 14.538 de 29/11/2004, DO nº 6.871 de 10/12/2004.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar a entidade citada de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos e econômicos, nascida legalmente em 26/08/2003, com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo, trabalhos relacionados aos jovens com assistência social e espiritual.

Revoga-se a Lei nº 14.538 de 29/11/2004, pelo motivo de a Entidade ter se desvinculado de sua matriz, situada no Estado de Minas Gerais, instituindo assim, uma nova organização social e, por consequência, um novo CNPJ.

Por a Associação atender os requisitos legais deste Estado, através da documentação anexada, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 081/2005

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído auxílio-escolar que será pago ao servidor do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, que comprovadamente, mantenha filhos ou dependentes tutelados matriculados em estabelecimento de ensino particular no Estado do Paraná, em 1º, 2º e 3º graus.

Parágrafo Único. Fica assegurada a assistência permanente ao filho ou dependente tutelado do servidor que seja portador irreversível de deficiência físico mental.

Art. 2º Valor ao auxílio-escolar, é fixado em meio-salário mínimo por filho ou dependente tutelado, e será pago juntamente com os vencimentos do mês seguinte ao vencido.

Art. 3º A fim de fazer jus ao benefício de que trata esta lei, o servidor deverá apresentar, junto com o pedido, comprovante da tutela legal ou certidão de nascimento do

dependente e da matrícula no estabelecimento de ensino, devendo renová-la anualmente.

Art. 4º Quando pai e mãe, ou responsável, forem servidores da mesma corporação e vivam em comum, o auxílio-escolar será concedido a apenas um dos servidores e se não viverem em comum, ao que tiver a guarda dos filhos ou dos dependentes tutelados.

Art. 5º O cancelamento do presente auxílio será automático quando o filho ou dependente tutelado do servidor completar a idade de dezoito (18) anos, ou mediante solicitação do funcionário que detém a sua guarda, podendo ser prorrogado até aos vinte e um (21) anos se for aluno universitário.

Art. 6º O servidor responderá civil, penal e administrativamente pela omissão e inexatidão de suas declarações.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Hoje em dia é notório a dificuldade de se conseguir vagas em escolas e até de um ensino de qualidade para nossas crianças. De certa forma fica muito oneroso para os pais, colocarem os seus filhos em estabelecimentos de ensino particular. É de conhecimento geral da bravura, a presteza e a dificuldade dos nossos servidores do CBMEPR e PMEPR. Esta iniciativa vem ao encontro de uma necessidade destes servidores que para garantirem nossa tranquilidade e segurança, necessitam também de tranquilidade e segurança sabendo que se seus filhos terão condições de estudar em escolas melhores poderão servir melhor à população.

Desta forma peço aos meus Pares que me ajudem a proporcionar a esses servidores, essa tranquilidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 083/2005

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Palmeira, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa atender inúmeros pedidos da população do Município de Palmeira, que buscam o

maior conforto para dirimirem assuntos concernentes a trânsito.

É uma aspiração antiga dessa população, pois para solucionar problemas de regularização documental de seus veículos, os munícipes são obrigados a realizar gastos elevados para contar com o serviço público do DETRAN.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 084/2005

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ABESTI - Associação Beneficente Evangélica de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

#### JUSTIFICATIVA:

A ABESTI - Associação Beneficente Evangélica de Santa Terezinha de Itaipu, é pessoa jurídica de direito privado e sociedade sem fins lucrativos, tem por finalidade trabalhar em favor dos evangélicos desse Município da seguinte forma:

I - A proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice.

II - Amparo às crianças e adolescentes carentes.

III - Ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração da vida comunitária das pessoas portadoras de deficiência física.

IV - A integração ao mercado de trabalho.

V - Assistência educacional e saúde.

VI - Desenvolvimento da cultura.

Com esta finalidade, solicitamos apoio dos nobres Pares desta Casa, para aprovação do projeto que ora apresentamos, conforme documentação anexa.

#### PROJETO DE LEI Nº 085/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório a todas as instituições bancárias a instalação de caixas eletrônicos, portas especiais e rampas de acesso apropriadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência física e visual em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º As instalações bancárias destinadas ao uso das pessoas portadoras de deficiência física e visual deve-

rão atender às necessidades dos beneficiários desta lei, da seguinte forma:

§ 1º Deficientes físicos:

I - caixas eletrônicos adequados na altura para usuários de cadeira de rodas;

II - encosto mecânico àqueles que usam muletas ou congêneres;

III - rampas de acesso que facilitem e se abdiquem às necessidades dos usuários portadores de deficiências;

IV - portas com medidas de largura adequada e sem degraus para a maior facilidade na circulação dos usuários de cadeira de rodas.

§ 2º Deficiente visual:

I - caixas eletrônicos com teclado em Código Braile e com emissão de som para a identificação da operação realizada;

II - portas adequadas para a circulação de deficientes visuais.

§ 3º Todos os itens de que se trata esta lei podem ser modificados ou aperfeiçoados para melhor atender à necessidade e o usufruto de seus beneficiários.

Art. 3º O não cumprimento desta lei sujeitará à sanção de pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Parágrafo Único. Em caso de reincidência a multa será dobrada e assim sucessivamente.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O interesse coletivo na participação de todos e no esgotamento das diferenças sociais é um aspecto muito relevante para o exercício da função e da administração pública.

O projeto de lei descrito acima, visa obter maior participação das instituições bancárias no preenchimento das lacunas e das diferenças sociais, infelizmente ainda existentes na nossa nação.

A adequação de caixas eletrônicos e demais estruturas de acesso, em todo o Estado do Paraná, para o melhor benefício dos usuários portadores de deficiência será um marco na consolidação da política pública atendendo aos interesses coletivos e acima de tudo no exercício político que se identifica pelo respeito do cidadão paranaense.

Vale salientar que a regulamentação das agências bancárias é de alçada do Banco Central, entretanto os caixas eletrônicos e demais estruturas de apoio ao cliente e usuário caracterizam-se como um serviço prestado ao consumidor e por isso de competência concorrente do Estado.

Com essa iniciativa, a contribuição para o findar da dependência social dos portadores de deficiência irá estender-se dentro do processo igualitário de inclusão social.

Saciar esses anseios de portadores de deficiência, além de se caracterizar pela política pública de atendimento às necessidades da população, caracteriza-se por um grande passo na história do Estado dentro do processo de inclusão social e de uma realidade sem diferenças, mostrando assim, que o Estado do Paraná caminha junto aos direitos de cada paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 086/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, do Município e União da Vitória, inscrita no CNPJ sob nº 05.411.255/0001--3.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

O projeto da Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, inscrita no CNPJ nº 05.411.255/0001-03, com sede na estrada André Balar dini, s/n, no Distrito de São Domingos, Município de União da Vitória-PR, tem por objetivo prestar serviço de assistência social a pessoas carentes de recursos, recuperar pessoas portadoras de dependência química, promover palestras educativas e de apoio aos dependentes químicos e seus familiares, proferir palestras em escolas e encontros de formação alertando sobre perigos das drogas, humanizar a relação paciente/comunidade, buscando reconduzi-lo à sociedade, divulgar o trabalho realizado pela associação através de palestras, conferências, seminários, fóruns e debates junto ao mercado de trabalho, e apoio aos pacientes recuperados, restituindo-lhes a cidadania e a credibilidade.

A aprovação do referido projeto facilitará esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 087/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o dia 19 de dezembro como sendo o Dia do Estado do Paraná e do Hino do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - devem necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

O presente projeto visa instituir um dia do ano como sendo o “Dia do Estado do Paraná e do Hino do Estado do Paraná”. O dia para tal comemoração passa a ser o dia 19 de dezembro.

O Hino do Paraná é de autoria de Domingos Nascimento, poeta natural de Guaraqueçaba, e do imortal compositor e maestro Bento Mossurunga, natural de Castro.

O dia escolhido é a data de 19 de dezembro, pois nesta mesma data, no ano de 1903, durante Sessão realizada no Congresso Legislativo do Estado do Paraná, foi executado pela primeira vez o Hino do Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 088/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o dia 16 de março como sendo o Dia da Bandeira do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná,

1. STF. Pleno ADIn 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - devem necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>2</sup>

O presente projeto visa instituir um dia do ano como sendo o “Dia da Bandeira do Estado do Paraná”. O dia para tal comemoração passa a ser o dia 16 de março.

O dia escolhido é a data de 16 de março, pois nesta mesma data, no ano de 1905, Alfredo Romário Martins apresentou uma lei modificando a bandeira estadual. Modificação esta que trouxe a inscrição do sagrado nome do nosso Estado, “Paraná”, na flâmula.

**PROJETO DE LEI Nº 089/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica reconhecido o Centro de Transformação Social Vida Nova, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CGC nº 01.286355/0001-51, à qualidade e entidade de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º O Centro de Transformação Social Vida Nova, nessa qualidade poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previsto na legislação estadual.

Art. 3º O Centro de Transformação Social Vida Nova, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de atendimento e promoção social às crianças, aos adolescentes e aos seus familiares, que será periodicamente atestado pelo Estado por meio da PROVOPAR.

Parágrafo Único. Incumbe à PROVOPAR determinar os critérios e períodos através dos quais procederá a

2. STF. Pleno ADIn 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

certificação dos serviços de Utilidade Pública prestados pelo Centro de Transformação Social Vida Nova.

Art. 4 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder da tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel.Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera MISABEL DERZI:<sup>1</sup>

“A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo Texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez “atendidos os requisitos da lei”. A norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, *mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar*.

À luz da Constituição de 1988, *não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.*

Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:

- a Constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;

- *a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária da pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatários de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.*

*Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido “material” supre tal função, dispondo sobre os “requisitos” exigidos pela Constituição.”*

Para concluir mais adiante:

*“Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.”*

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

HUGO DE BRITO MACHADO<sup>2</sup> compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

“A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. ***É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.***”

Neste mesmo diapasão, ROQUE CARAZZA<sup>3</sup>:

“Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma “limitação constitucional ao poder de tributar”. Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) ***Muito bem: estamos plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.***

Na mesma esteira, IVES GANDRA MARTINS<sup>4</sup> consigna:

“...a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código tributário Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la *pro domo suo*. Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.”

Também SACHA CALMON NAVARRO COELHO<sup>5</sup>:

“...se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...”

Esta SUPREMA CORTE, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses

2. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed., 197/198

3. *in* parecer formulado a pedido de PARANAPREV-IDÊNCIA, pág. 14, cópia em anexo.

4. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p.185.

5. Imunidades Tributárias, *in* Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitário, São Paulo, RT, 1998, Pág. 228.

imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo MINISTRO MARCO AURÉLIO, referendada pelo Plenário:

“A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem observância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. ***Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.***

A cláusula que remete à disciplina legal - e aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelos costumes, da expressão “entidades beneficentes de assistência social”.

Esta também é orientação jurisprudencial ao SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

RESP nº 27.261-4/MG

Relator: Ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça n. 48

Ementa:

“VEDAÇÃO AO PODER DE TRIBUTAR - INSTITUIÇÃO SOCIAL - CUMPRIMENTO - REQUISITOS LEGAIS. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, ***independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN.***”

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Segunda Turma

Apelação em Mandato de Segurança n. 24444

Relator: Juiz Castro Aguiar

Data da decisão: 23/05/2001

Ementa:

“MANDADO DE SEGURANÇA - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - RENDIMENTOS AUFERIDOS EM APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS.

I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, “c”, da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos ***e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).***

II - Apelação provida.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Sexta Turma

Recurso Ex-Ofício n. 97.03.025753-4

Relatora: Juíza Marli Ferreira

Publicação: DJ 17/03/1999, página 438

Ementa:

“TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. IMUNIDADE. INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E IPI. ARTIGO 9º, IV, ALÍNEA “C” E ARTIGO 14 DO CTN. ARTIGO 150, VI, ALÍNEA “C” DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - FALTA DE PROVA.

1. *omissis...*

2. *omissis...*

3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ***ou atender às razões de existência do próprio Estado.***

4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN, assim como o artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal.

5. Sentença reformada integralmente.

6. Remessa oficial provida.”

Tribunal Regional Federal da 4ª Região Segunda Turma - Apelação Cível n.2000.04.01.027274-4/RS - Relator: Juiz Wilson Darós - Publicação: DJ n. 215-E, 08/11/2000 - Ementa:

“A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146,II).

Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição de imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei n. 8.212, de 1991, ***mas sim no Código Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar.***”

Tribunal Regional Federal da 4ª Região Segunda Turma - Apelação Cível n.2001.70.08.001839-2/PR - Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares - Publicação: DJ2 n. 68, 10.04.2002, pág. 512 - Ementa:

“Tributário, Imunidade, Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar, artigo 14 do CTN.

1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN n. 2.028-5, de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.

2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto trata-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).

3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.

4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei n. 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.

5. Demonstrados os requisitos do artigo 14 da CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º.”

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados ao Centro de Transformação Social Vida Nova através do projeto de lei em foco seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previstos *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional, a constar:

- Não distribuir lucros (14,I);
- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14,II);
- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14,III).

No caso, o Centro de Transformação Social Vida Nova, em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) Não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécie, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) Por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) Nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada ao Centro de Transformação Social Vida Nova, que não só oferece atendimento completamente gratuito, às crianças, aos jovens e familiares, como também presta serviços de relevo ímpar na habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais. Assistência educacional ou de saúde. Promoção de cursos objetivando a cidadania visando a promoção e contribuição do desenvolvimento humano, cultural, social e econômico e o bem-estar da comunidade aos participantes do Centro Social e suas famílias. Como grande meta.

### ***Projeto de Lei Complementar:***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Passa a vigorar o artigo 31 da Lei Complementar nº 76/2005 da seguinte forma:

Art. 31 .....

§ 3º No caso previsto pelo inciso III, do parágrafo único do artigo 1º, em se tratando de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros exclusivamente no território do Estado do Paraná, fica obrigado o concessionário a ter o veículo em questão emplacado e registrado neste Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) NEREU MOURA

### **JUSTIFICATIVA:**

Os tributos decorrentes do emplacamento de veículos automotores são destinados à manutenção dos serviços de trânsito e à melhoria das condições de vida da população do Estado do Paraná, tanto através da esfera estadual quanto da esfera municipal, eis que os Municípios recebem considerável porcentagem dos valores arrecadados, constituindo-se exercício do poder de polícia e da função pública.

Nos termos do artigo 155, inciso III da Constituição Federal, é da competência do Estado instituir impostos sobre a propriedade de veículos automotores.

Ocorre que diversas empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal mantêm seus veículos emplacados em outros Estados, mesmo sendo eles destinados a transporte de passageiros unicamente dentro dos limites do Estado do Paraná. Assim sendo, tais veículos desgastam as estradas paranaenses sem qualquer contraprestação, o que implica dispêndio ao erário público.

Ademais, empresas que estão em situações semelhantes devem possuir a mesma tributação, sob pena de ferir os princípios da isonomia e da impossibilidade, imposição constitucional.

Por outro lado, a fiscalização dos veículos responsáveis pelo transporte intermunicipal é facilitada pela inclusão de seus dados nas bases cadastrais dos órgãos deste Estado.

De forma que se impõe o emplacamento destes veículos no Estado do Paraná, como forma de garantir a devida tributação bem como facilitar a fiscalização dos veículos pelos órgãos competentes, garantindo a satisfação do interesse público do Estado.

Invoca, portanto, o apoio dos nobres Parlamentares para que o presente projeto de lei complementar seja aprovado.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

(Lê):

“Peço um minuto da atenção das Sras. e Srs. Parlamentares para registrar fato que entristece os brasileiros e, em especial, a nós paranaenses.

Faleceu ontem, em São Paulo, aos 80 anos, o paranaense César Lattes, maior físico brasileiro do século 20 e um dos mais reconhecidos cientistas em todo o mundo.

Nascido em Curitiba, César Lattes foi pioneiro, nos anos 40 do século passado, na área que deu início à fase mais moderna da física, a pesquisa de partículas subatômicas.

Reconhecido no Brasil e no exterior pelo brilho intelectual, César Lattes fez de seu trabalho um dos pilares da física moderna.

Suas pesquisas permitiram que seu colaborador, Cecil Powel, fosse laureado com o Prêmio Nobel de Física em 1950.

Fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e professor emérito da UNICAMP, com seu trabalho César Lattes trouxe respeito e investimentos para a pesquisa científica brasileira.

Pesquisador genial, viu seu nome ser transformado em verbete da Enciclopédia Britânica.

Por essas razões, César Lattes é merecedor do nosso mais profundo respeito e admiração. A ele rendemos nossas homenagens.

Muito obrigado.”

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Sr. Presidente, quero anunciar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina, Orlando Bonilha, do PL, seja muito bem-vindo. Esta Casa está aberta à participação dos Parlamentares municipais.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Entre nós também a presença do Prefeito de Missal, nosso companheiro Brito.

Aos nossos visitantes, nossos cumprimentos e a satisfação em recebê-los.

**O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, da mesma forma quero anunciar a presença do Prefeito de Mercedes, Wilson e sua esposa.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nossas boas-vindas ao Prefeito e esposa.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

***Deputado Barbosa Neto (PDT):***

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Encontrei na Folha de Londrina de ontem os reais motivos que levaram a força-tarefa instalada na Vila Tor-

res, aqui na Capital do Estado. Segundo a jornalista Rute Bolonhese, a esposa do Governador Roberto Requião teria sido vítima dos militantes que lá atuam; teve seu carro arrombado e sua bolsa levada. Resultado de tudo isso, setecentos homens da Polícia Militar, num único bairro, com cães farejadores, com viaturas, motocicletas e até helicópteros nesta operação de guerra. Enquanto isso lá na plebe e não aqui no reino, na segunda mais importante cidade do Estado do Paraná, na semana passada foram transferidos para esta Capital dez bravos e valentes agentes da Polícia Civil sob o pretexto da realização de curso de capacitação.

Aqui nesta Capital que possui delegacias especializadas em homicídios, em antitóxicos, em crimes para serem confrontados como assalto a joalheria, roubo e Rolex, furtos de camioneta e Londrina nada disso possui a não ser distritos superlotados, falta de agentes, falta de carcereiros! Infelizmente, aqui, a civilização, e lá, a barbárie. É a eterna luta da Capital contra o Interior.

Em Londrina presos e menores apreendidos estão sendo assassinados dentro de casas de custódia e até mesmo de centros de recuperação. Lamentavelmente os presos estão em situação difícil, mortos estão sendo também aqueles cidadãos de bem, a pauladas e a pedradas. É a autêntica situação da barbárie! Lamentavelmente nós não encontramos eco e nem temos, naqueles que defendem este Governo, que possam refutar estas denúncias que estamos fazendo aqui porque contra fatos não há argumentos! Até quando vamos ficar calados diante de tudo isso?

O que aconteceu aqui no nosso Estado? A rainha pede ao rei que lhe vingue o brio e o rei instala uma força-tarefa para aplacar essa reclamação. Atende os caprichos da rainha. Mas, este não é um Estado cor-de-rosa, não vivemos num conto de fadas! Até quando vamos nos enganar? E aqui no reino, cercado com sua segurança e seus asseclas permanece o rei, intocável na sua granja, cercado de súditos, que são, na verdade, os seus irmãos barões, baronesas, príncipes, condes, condessas.

Vamos dizer um não a esse conto de fadas! Enquanto isso, nós estamos condenados ao calabouço no interior do Estado, ao abandono, ao ostracismo decretado por aqueles que estão no comando neste Governo! Mas, chegará a hora da nossa libertação, chegará o dia em que nós gritaremos a nossa alforria, porque vamos provar que existe, sim, vida inteligente no interior do Estado!

E nós estaremos provando que esse rei tem uma coroa que é de papelão e tem um cetro que é de pau. E ele está mais para rei de hospício do que para qualquer outro reinado.

É o meu desabafo na tarde de hoje e estamos clamando providências urgentes.

Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Natálio Stica.



## ***Deputado Natálio Stica (PT)***

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes que nos honram com suas presenças.

No dia de ontem, já é sabido por todos, eu deixei a Liderança do Governo Requião nesta Casa.

Gostaria de fazer aqui um esclarecimento primeiro do porquê estou deixando, o que penso do papel de um Líder e o que penso da continuidade do meu mandato como Deputado. Sei que o tempo não me permitirá, mas tenho a obrigação de fazê-lo no dia de hoje.

Eu, a cada dia que passa, assim como todo ser humano, também procuro aprender nas experiências que vivemos. Mas venho aprendendo há muito tempo, Deputado Marcos Isfer, qual é o papel de um líder.

Talvez a primeira experiência de liderança, quando aos doze para treze anos de idade no seminário São José, quando estudava, liderei um grupo de jovens da minha idade, muito jovens, meninos ainda, para uma greve sem saber exatamente o que era uma greve. Apenas no sentimento da igualdade entre os seres humanos. Eis que no sábado, às três horas da tarde, quem morava próximo era liberado e ia para as suas casas e os meninos que moravam longe, como o meu caso ficavam até às seis horas da tarde trabalhando, estudando, enfim. Entendi que não era justo, tínhamos que ter o mesmo direito daqueles que tinham o privilégio de morar nas redondezas, nas imediações. E liderei uma greve, que tenho dito que foi uma das poucas greves da minha vida que deu certo, porque conseguimos o chamado estudo livre à igualdade. Mas me custou muito caro, porque custou o convite para que eu, na sequência, me retirasse do seminário, Deputado Durval. Mas, foi um aprendizado primeiro.

Aprendi como é que se porta numa liderança com o meu saudoso pai, quando trabalhei com ele em uma olaria na Cidade da Lapa, até os dezessete anos de idade. Cada vez que ele queria dar um exemplo aos seus liderados ele me usava, mesmo sendo ainda um menino, para servir de exemplo para os seus liderados.

Aprendi discutir uma liderança, quando em 1971 entrei na Base Aérea de Curitiba e peguei a minha primeira detenção, porque não aceitei uma ordem que eu considerei das mais idiotas possíveis, por um Cabo, velho, chamado Cabo Irineu: não queria que eu viesse dentro da cabine de um caminhão e sim, no meio de um maquinário, correndo riscos, porque lá era o lugar da autoridade, que era ele, e isto me rendeu uma punição.

Aprendi o que é ser líder quando nessa primeira punição, eu pedi ao Tenente Afrânio, na época, que me liberasse para que eu fosse fazer uma prova que era a última do meu Curso que fazia aqui em Curitiba, supletivo. Ele não me liberou. Eu fiz a prova e no outro dia ele perguntou se eu fui, eu disse: “Fui” “Passou?” “Passei” e ele disse que eu passaria oito dias na cadeia. Eu disse:

“Passo, como homem mas não como rato, como o senhor desejaria”.

Os momentos da minha vida foram assim, Srs. Deputados. Aprendi a discutir liderança quando assumi o Sindicato dos Petroleiros ou a primeira oposição do Sindicato dos Petroleiros, que comecei a fazer em 1979, na Refinaria de Araucária e assumi o mandato como Diretor de Base em 1981, onde fiquei até 1992, diretor liberado, quando assumi como Vereador em Curitiba.

Nessa minha passagem pelo Sindicato dos Petroleiros, me deu a condição de discutir inúmeras greves, entre elas, uma de 35 dias e como líder, defendendo a categoria dos trabalhadores, mas tendo que defender uma empresa que é pública, portanto, do povo brasileiro. Tive que, junto com meus companheiros de lideranças, enfrentar toda a categoria e pedir para que uma categoria radicalizada com 35 dias de greve, parasse a greve e voltasse ao trabalho, sob pena de pararmos o Brasil, porque já não havia mais combustível, principalmente gás de cozinha e óleo diesel. Eu fiz, porque tinha a responsabilidade não só da categoria, mas de uma empresa pública pertencente ao povo brasileiro.

São inúmeras as passagens na minha vida que me pautam pela ética, pela seriedade e pela conduta de, se tiver que errar, é pelo excesso de zelo e de querer acertar e erro, como todos erramos.

Ontem, um episódio talvez pequeno para muitos que vieram me pedir para que continuasse na Liderança. Talvez pequeno para quem discute política partidária de Parlamento na Assembléia há mais tempo do que eu, mas para mim, grande, a ponto de dizer que era o momento de entregar a Liderança.

Ao fazer isso quero agradecer a todos que me deram apoio, começando pela Bancada de Sustentação do Governador Requião nesta Casa que me ajudaram, me ensinaram, já que a grande maioria é de Deputados e Deputadas com mais tempo de Parlamento do que eu.

Tive momentos importantes de aprendizado e de parceria que me ajudaram e que também me ensinaram no meu dia-a-dia na política...

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Stica, eu pediria a V. Exa. que encerras-se.

Passamos do tempo.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Eu gostaria que V. Exa. me desse os dez minutos do Partido dos Trabalhadores, com autorização do Líder Tadeu Veneri.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

V. Exa. tem mais cinco minutos, porque todos os Partidos hoje terão direito ao Horário de Liderança. Era na terça, como ontem não tivemos Sessão, passou para hoje. V. Exa. tem o tempo. Pode utilizá-lo

## O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer à Bancada de apoio e pedir desculpas pelas falhas que eu tive como Líder. Quero agradecer a todos os Deputados, inclusive aos Deputados de Oposição, a quem não acaba o embate nosso por eu deixar a Liderança, mas o embate continuará sendo o mesmo que pratiquei como Líder, com o respeito que tenho pelos Srs. Deputados, com o respeito que tenho pelos votos que os senhores obtiveram do seu eleitorado e que até aqui os conduziram.

O embate continuará apenas no cargo de Deputado, mas estarei aqui fazendo a defesa do Governador Requião a quem eu também agradeço pela confiança depositada, porque confio no seu trabalho e tenho certeza que é no momento o melhor trabalho em prol do Paraná, em especial dos mais humildes, dos mais necessitados.

Quero agradecer a confiança que o Governador depositou em mim, e todo o seu quadro de Secretários pela relação que mantivemos e tenho certeza vamos manter.

Quero agradecer a imprensa pela oportunidade que me deu em todos os momentos de colocar aqui a palavra da Liderança do Governo, sempre sem nenhuma deturpação e continuo fazendo.

Quero pedir desculpas aos Deputados da Base de Apoio que tive algumas divergências, inclusive, a de ontem. Mas não poderia deixar escamoteado. Não gostei e continuo não gostando da maneira como agiram alguns Deputados da Base de Apoio ao Governo, através do PMDB, Deputados que, não por maldade e nem para querer derrubar o Líder, porque não era essa a intenção. Eu tenho certeza, os Deputados estavam me dando o apoio, mas agiram de uma maneira que não gostei, quando aceitaram a derrota no primeiro momento que tivemos, a Bancada de Oposição, em especial na Comissão de Justiça desta Casa, que eu considero, - todas são importantes - esta é mais importante.

Eu tenho certeza e espero que os Deputados de Oposição, em especial o Deputado Durval Amaral, que vai ser o Presidente da CCJ, não use do poder que tem para emperrar os trabalhos do Governo. Eu tenho certeza que não é da sua índole. Mas, se quiser o fará, portanto, não poderia abrir mão dessa Comissão.

Estava ainda tentando ontem fazer uma negociação, quando fui surpreendido que já havia o acordo do PMDB, inclusive tirando o que já tínhamos acordado, que era a prática nesta Casa, que o Partido quando assume a legislatura com o maior número da Bancada, assume a primeira Comissão e a maior Bancada foi a do PT com nove Deputados, e é isso que o Regimento determina. Era isso acordado e não foi cumprido.

Por isso me deixou uma situação de achar que fomos traídos. Muito mais o Governador Requião do que eu.

Tenho certeza que ele escolherá, entre muitos Deputados e Deputadas que têm a condição de assumir aqui, a Liderança do Governo. O trabalho irá continuar.

Quero agradecer àqueles que me apoiaram direto, tanto os assessores do meu gabinete, como os assessores que estavam disponíveis à Liderança, aqui no plenário, em especial o Colombo, coordenando outros assessores que estavam me dando toda a condição de um trabalho que eu desejo repassar ao Líder ou à Líder que assumirá no meu lugar.

Darei o aparte, Deputado Scarpellini, na sequência. Só quero concluir o meu raciocínio.

Quero dizer que a minha vida, que pautei sob a ética, sob a seriedade, se ontem não tomasse essa decisão não teria como dormir muito bem hoje, com os telefones desligados, até por volta das nove horas da manhã, descansando e tirando de certa maneira um peso de responsabilidade que pairava sobre os meus ombros.

Quero ajudar o novo Líder que assume, no que for possível, porque quero continuar ajudando o Governador Requião. Quero discutir junto com a minha Bancada, porque é uma Bancada que tem responsabilidade com o povo do Paraná, mesmo com a decisão de independência do Governador Requião, para que nós sempre pautemos as nossas decisões de Bancada, acima de tudo, para que o povo do Paraná possa ter a melhor governabilidade possível a melhor condução deste Estado, que já retoma o seu lugar de pujança no cenário federal.

Quero agradecer a todos os Deputados que de uma maneira ou de outra acabaram por me dar uma verdadeira escola de política nesta Casa, aonde, com certeza, soma no meu currículo mais um crescimento.

Quero agradecer a Bancada do meu Partido, que mesmo sendo um Deputado de primeiro mandato, me deu a condição de assumir a Vice-Presidência nesta Casa em janeiro de 2003.

Não encerro sem antes dizer que tenho certeza na condução dos trabalhos do Governador Roberto Requião para o Estado do Paraná.

Deputado Marcos Isfer, que assume interinamente a presidência destes trabalhos. V. Exa, como um homem de Base do Governo sabe, meu particular amigo da Câmara Municipal de Curitiba, da maneira que costumo agir e continuaremos agindo nesta Casa.

Quero pedir desculpas, em especial, ao Deputado Antonio Anibelli, porque acabei citando-o, porque foi um dos articuladores dessa conversa, num entendimento de tentar garantir as outras comissões para a Bancada de Sustentação do Governo, mas, por não concordar com esta prática e por não ter sido comunicado é que motivou a fazer o meu pedido. Desculpe-me por ter citado seu nome. Estou do seu lado na Bancada de Apoio ao Governador Roberto Requião com as divergências que temos de postura, mas temos o mesmo objetivo, que é ajudar o Governador Roberto Requião a fazer o melhor Governo do Paraná.

Portanto, aceite o meu pedido de desculpas. Estarei aqui sempre falando o que penso, porque acredito que a verdade sempre é a melhor companheira do nosso dia-a-dia.

Estaremos aqui, com certeza, Oposição e Situação, procurando fazer o melhor para o Estado do Paraná, e o Governador Roberto Requião tem o meu compromisso de continuar sendo leal, porque aprendi a conhecer um Governador que não conhecia. Essa imagem que fazem do Governador Roberto Requião, uma pessoa truculenta, é só imagem. Por trás existe um homem bom, de coração puro, de sensibilidade.

Vai-se a liderança, mas fica, muito mais forte, a amizade.

Muito obrigado!

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito Leônidas e do Vereador Moraes, de Iracema do Oeste.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Fica devidamente registrada as presenças e sejam bem-vindos a esta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Pequeno Expediente porque temos algumas considerações para fazer, mas não é em nome do Partido e sim, em nome pessoal.

Primeiro, cumprimentar os Deputados da Oposição por terem conseguido a presidência da CCJ, o que me parece é inédito; não tenho conhecimento de que tivesse ocorrido tal fato.

Segundo, cumprimentar a Deputada Elza Correia que assume a Comissão da Educação. Sei que é uma Comissão fundamental, não apenas para a Bancada, mas para o Estado do Paraná. Espero que V. Exa. possa conduzi-la, - como é de seu feitio, - com toda competência e com todo denodo.

Assim como também a Deputada Luciana Rafagnin, Presidente da Comissão de Agricultura, que fará um trabalho, sem dúvida nenhuma, que será motivo de orgulho para todos nós.

Eu uso este horário porque gostaria de agradecer aqui aos funcionários, principalmente a funcionária que nos acompanhou na Comissão de Educação durante todo este período, que não está conosco neste Plenário hoje, mas acho que é preciso lembrar que, normalmente, nós só vemos aqueles que têm espaço, que tem visibilidade na mídia, mas não conseguimos ver aqueles que, de fato, fazem o trabalho do dia-a-dia. É o caso dessa funcionária chamada Solange.

Quero agradecer a todos aqueles que compareceram e que estiveram conosco em todas as audiências públicas e comunicar que vamos continuar fazendo esse trabalho.

Já usamos o Horário da Liderança do PT.

Então, as considerações que eu gostaria de fazer a respeito do desdobramento, do desfecho das comissões e dos fatos, a meu ver, lamentáveis que aconteceram quando houve o rompimento de um acordo feito entre o PT e o PMDB, farei na semana que vem, no Horário da Liderança do PT.

Entendo que este é o horário apropriado e oportuno para que possamos fazer toda uma reflexão sobre todos os vetos que ocorreram sobre o PT, sobre a Situação inclusive, Deputado Pedro Ivo, que, apesar de ter enfrentado um constrangimento público, atendeu aos apelos tanto do PT como do PMDB e não instalou as comissões na segunda-feira, cumpriu com aquilo que nós, o tempo todo, havíamos dito o que faríamos: fazer do PT um espaço ético, um espaço democrático, mas principalmente, um espaço onde a palavra dada é palavra cumprida.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Com a palavra, Deputado Ratinho Júnior por cinco minutos.

### ***Deputado Ratinho Júnior (PPS)***

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de começar o meu discurso, gostaria de registrar a presença do Vereador, Presidente do PDT de São José dos Pinhais, Jairo Mello, grande companheiro e amigo que está presente nesta Assembléia Legislativa.

Presidente, eu tive a grande honra de ter sido eleito Deputado Estadual aos meus 21 anos de idade e, desde então, nesses dois anos e pouco, tive a oportunidade de ser Líder do meu Partido, do PPS; tive a oportunidade de ser Relator da CPI da COPEL, que foi uma das grandes CPI's feita por esta Assembléia Legislativa; tive a oportunidade de ser candidato a Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, quebrando um paradigma que há anos não havia uma eleição para o cargo. Tudo isso aconteceu, mas não foi com facilidade, e sim com muita humildade, com muita vontade de aprender, com muita vontade de conhecer e poder fazer alguma coisa pelo Parlamento paranaense. Foi até com um pouquinho de ousadia que nós conseguimos e estamos conseguindo conquistar um espaço dentro da Assembléia.

Entendendo dessa maneira, nos candidatamos à Presidência da CCJ e, em nenhum momento, essa candidatura foi de brincadeira, em nenhum momento foi para brincar de ser Presidente da CCJ. A nossa candidatura foi respaldada por entendermos, eu como um crítico, que era necessário mudar a maneira que era administrada a CCJ, pela sua presidência. E cito um exemplo: hoje, o maior projeto de segurança do Governo Lula saiu deste Parlamento, saiu desta Assembléia Legislativa. Esse projeto demorou nove

meses para sair da CCJ, mesmo sendo em regime de urgência, pedindo o auxílio da Presidência! Foi pela compreensão do Presidente Hermas Brandão, pela ajuda dos demais Deputados que conseguimos trazer para ser discutido, votado e ser aprovado em Plenário. E foi por esse motivo que nos candidatamos. Desde o ano passado vim conversando com os Deputados, com as lideranças, mas muitas vezes por alguns partidos desprezado. “É um menino. Deixa ele lá. Está querendo mostrar trabalho”.

É verdade. A nossa preocupação é mostrar para que fomos eleitos. E nós provamos nesta Assembléia, que aqui não são dois Partidos que mandam. Não são apenas duas lideranças partidárias que têm respaldo e voz dentro desta Assembléia.

Esse posicionamento nosso em nenhum momento foi contra o Governo Requião. Falo isso por mim. Esse posicionamento da nossa candidatura, da nossa união com a Oposição nessa eleição da CCJ, em nenhum momento foi contra o Governo Requião, mas sim um posicionamento para que este Parlamento fique mais democrático. Os Deputados, sejam eles do PSL, que é um pequeno Partido, sejam eles do PSB, do PDT, do PPS, Partidos pequenos ou médios, mas que todos os Deputados sejam ouvidos. Aqui todo e qualquer Deputado tem a competência de assumir qualquer Comissão ou qualquer cargo na Mesa Executiva. Desta maneira, numa articulação e numa conversa com a Oposição, mais precisamente com os Deputados Traiano, Durval, Ailton Araújo, do PTB, conseguimos mostrar que através das desavenças, fazendo política e articulação, conseguimos conquistar o nosso espaço. Quero agradecer no dia de hoje, com muita alegria, a todos os Deputados que nos auxiliaram e acreditaram na nossa candidatura e pelo menos nos ouviram.

Entendi que sozinho não conseguiria ser Presidente, mas entendi que abrindo mão e chamando mais companheiros, mais Partidos, conseguiríamos ganhar essa Comissão. E hoje nós conquistamos, com a ajuda da maioria, que isso que é importante.

Que fique aqui uma lição dentro deste Plenário para os legisladores que virão: respeitar os jovens Parlamentares que aqui passarão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini, por cinco minutos.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvimos as palavras do Deputado Barbosa Neto dizendo da sua preocupação com relação ao Governador

Requião e com relação à situação que a Polícia Militar fez na Vila Torres aqui em Curitiba. E que teria sido em função da reação do Governador em relação a um atentado que a sua mulher, Sra. Maristela, sofreu lá nas imediações da favela.

Pergunto eu, quantas mulheres de Curitiba foram vítimas ali naquelas imediações, sem que o Governador tivesse tido a menor preocupação ou a menor reação com relação à bandidagem instalada naquelas imediações do centro de Curitiba?

Senhoras e senhores, o Deputado citou que o tratamento é ainda colonial, da senzala com a casa grande, como se nós, o povo, estivéssemos vivendo em um navio negreiro, tratado à chibata, a fel, a ferro e fogo.

Sras. e Srs. Deputados, ouvimos as palavras bonitas do Governador Roberto Requião quando veio a esta Casa, na abertura dos trabalhos, trazer aqui a sua prestação de contas e o seu projeto político e administrativo para o Estado. Disse aqui o Deputado Anibelli que o Governador fez um discurso realmente contundente, bem escrito. Oxalá, os “Beneditos” estejam de plantão por aí para poder colocar as belas palavras e as frases de efeito no seu devido lugar, para que o povo se impressione com o verbo e com a verba deixada pelo Governador, nas páginas dos jornais e no ar, porque de governo estamos vendo muito pouco.

Eu quero lembrar, aqui, senhoras e senhores, que palavras são palavras que vão, perdem-se, como se perdeu o compromisso: ou baixa, ou acaba o pedágio. Agora, o que estamos vendo? É a multiplicação dos pães na cesta do Governador, que vai criar e implantar mais pedágios no Paraná! Lá pelas bandas de Jaguariaíva, lá pela região de Francisco Alves, o povo vai ser vítima novamente da ação e do trabalho do nosso técnico que veio com um gesto “kennediano”, o Dr. Tissot, que veio juntamente com o ilustre Deputado o Secretário Waldyr Pugliesi, e de uma maneira coloquial, muito bem posta, passou por aquela tribuna defendendo o pedágio, a conservação das rodovias que tanto queremos. Mas queremos, sim, o compromisso de ver o pedágio baixar ou acabar, porque este foi o compromisso que ouvimos.

Parece-me que foi dito no programa de televisão, que fica assim como se os cinco profetas fossem quatro: Mateus e Jeremias. Fala-se, não se diz nada, cinco são quatro. Na verdade são dois que nem dois são, porque também não são profetas.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Scarpellini, seu tempo acabou. Gostaria de chamar o Deputado André Vargas para fazer o seu pronunciamento de cinco minutos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado. Eu agradeço. E palavras são palavras.

## ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Naturalmente, o nosso Líder Tadeu Veneri diz que usará da palavra em nome do Partido, na próxima Sessão. O Deputado Natálio colocou as suas circunstâncias e a sua renúncia.

Eu queria primeiro dizer que as divergências que eventualmente tivemos, foram fruto da responsabilidade que o Deputado Natálio Stica tinha, ao defender o Governo e das posições naturalmente diferentes que eu defendia ou que setores da sociedade defendiam. Mas, para falar de toda a turbulência e de onde começou, precisaríamos do Grande Expediente. Portanto, vamos nos resumir e tratar das circunstâncias que de fato ocorreram.

O Presidente Hermas Brandão chamou, em uma reunião de líderes, para que houvesse consenso nas Comissões. O PT já havia decidido, desde o ano passado, que procuraria promover, de forma salutar, o rodízio entre os Deputados. Portanto, o Líder não seria mais o Deputado Welter e acabou sendo o Tadeu Veneri; o Vice-Presidente não seria mais o Deputado André Vargas e sim o Deputado Pedro Ivo, para viver a experiência, porque o Parlamento é assim e não tem aqui nenhum Deputado mais Deputado do que ninguém, nem mais valente e nem com mais voto.

Nesse sentido, o PT foi construindo uma possibilidade de, na CCJ e nas demais Comissões que eventualmente competissem ao PT, promover o remanejamento, tanto que o Deputado Tadeu Veneri aqui se despediu da Comissão de Educação, que tão bem desempenhou e que, certamente, a Deputada Elza Correia também desempenhará da mesma forma. E construímos a possibilidade de renovar o nome de nosso companheiro Hermes Fonseca, na CCJ.

Nessa reunião de líderes, pois que o tempo é exíguo, não houve acordo, porque o Líder do PMDB, Deputado que respeito, Anibelli, disse que só aceitaria se o PT indicasse Hermes Fonseca, senão o Deputado Braddock disputaria. Foi a posição do PMDB e a Sessão foi suspensa, pois nós do PT não admitíamos ou não gostaríamos, pelo menos, que o PMDB escolhesse, na nossa Bancada, o nome para a CCJ. O nome poderia ser a Luciana, Deputado Welter, Deputado Padre Paulo ou este Deputado, mas o PMDB tinha uma posição firme.

O PT se reuniu, e mesmo a contragosto, eu mesmo defendi que o nome fosse do Hermes Fonseca, portanto, com uma condição: que o PT gostaria de dirigir a Comissão de Orçamento e também a Comissão de Agricultura, pois que o Presidente Hermas já havia dito que nós teríamos três Comissões, mas essa crise possibilitou que, com competência, a Oposição articulasse e vencesse no processo da CCJ. Abriu entre nós uma fissura do ponto de vista do método. Não daquilo que se queria, porque pleitos são legítimos, pleitos são adequados e qualquer Deputado pode pleitear, quem entender que tem competência para exercer.

Ao final, na reunião que culminou em um impasse que precedeu a eleição na CCJ, o acordo já estava quase pronto e se inviabilizou por detalhes. Mas, nesse momento já a Oposição, junto com os independentes, tinha uma articulação e fez, mas, no mesmo momento também se percebeu que havia uma possibilidade e o Deputado Natálio Stica se empenhava junto com outros Deputados e o Deputado Nereu Moura que aqui não está, no sentido de transformar - também era legítimo inviabilizar aquela decisão da Sessão, buscando razões jurídicas de articulação para que a CCJ permanecesse com a Base Aliada, com o Deputado Hermes Fonseca.

Nesse mesmo momento em que eu estava ao lado do Deputado Natálio Stica, houve uma reunião da Liderança do PMDB, o Deputado Hermes Fonseca e com o Líder da Oposição, para que formasse não só o reconhecimento daquele resultado que com suor e talvez com uma impossibilidade; o Deputado Natálio Stica trabalhava para transformar esse resultado. Ainda assim, isso tudo é legítimo.

Quero dizer aqui que isso é legítimo! o PMDB pode, sim, fazer articulações com qualquer Partido, porque todos os Partidos devem se conversar, mas nós do PT, estamos tranquilos! Fizemos aquilo que entendíamos que a nossa consciência determinava, aquilo que tínhamos acordado, aquilo que tínhamos dado a palavra, porque para nós a palavra vale muito, porque aqui a palavra e os acordos são importantes!

Portanto, ao final queria dizer que não há condenação moral nas alianças livres que se faz no Parlamento, entre os Partidos, mas do ponto de vista do PT, queria dizer - reconhecendo a habilidade da Oposição, reconhecendo a competência da Oposição, que assumiu a Presidência da CCJ, e dizer: não há base aliada sem sustentação em um programa e, principalmente, no valor da palavra e da solidariedade!

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado André Vargas, sinto muito, mas vou ter que lhe interromper como interrompi a todos os outros Deputados que fizeram uso da palavra.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Já estarei concluído, Sr. Presidente, se for possível.

Queria renovar, portanto, a solidariedade e o companheirismo ao Deputado Natálio Stica, e dizer que para nós a redação livre dos partidos, a solidariedade, é um valor, e a palavra deve ser cumprida!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Passamos ao Horário do Grande Expediente, havendo para hoje o lançamento do Projeto Mais Vida, conforme requerimento do Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, a quem eu concedo a palavra por trinta minutos.

## **Deputado Artagão Júnior (PMDB)**

### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Sr. Presidente, nós tomamos a liberdade de reservar o Horário da Liderança nesta quarta-feira para lançarmos aqui, a pedido, um grande programa no Estado do Paraná, que será o Projeto Mais Vida.

É um projeto de extraordinário alcance social, de alcance humanitário e que, sem dúvida alguma, deve ser apoiado e incentivado por todos os Parlamentares, por toda a nossa imprensa e por todos os nossos visitantes. É um projeto que procura salvar vidas. É um projeto que procura preservar vidas.

E, no sentido de discorrer mais sobre o projeto, de explicar um pouco mais sobre esse programa do Projeto Mais Vida, convidamos o Pastor Alceu - Departamental da Igreja Adventista - que está respondendo pelo lançamento desse Programa extraordinário que tem como nome: **ELE DEU TUDO PARA VOCÊ DOAR UM POUCO.**

### **Sr. Pastor Alceu (Departamental da Igreja Adventista)**

#### **O SR. PASTOR ALCEU**

Muito obrigado, Deputado Artagão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes, imprensa.

Nós estamos com um projeto que envolve 33 mil pessoas aqui no Sul do Paraná e perto de cem mil na Região Sul do Brasil. Esse nosso projeto chama-se Projeto Mais Vida **ELE DEU TUDO PARA VOCÊ DOAR UM POUCO.**

Com esse Projeto, queremos, do dia 19 a 26 de março, que é a Semana da Paixão, onde a comunidade, a mídia, as pessoas estão envolvidas com a Semana da Paixão, onde Jesus Cristo morreu na cruz do Calvário por nós derramando Seu sangue, nós queremos, 33 mil pessoas aqui no Sul do Paraná, envolvidas nesse projeto e doando sangue na semana de 19 a 26 de março, agora, nessa próxima quinzena. Nós, com esse projeto, o que queremos?

Queremos salvar perto de doze mil vidas só aqui na região Sul do Paraná. O HEMEPAR, em parceria com o Deputado Artagão, com a Igreja Adventista do 7º Dia, estamos desenvolvendo esse Projeto com o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Qual é a idéia? Nós queremos mil pessoas aqui no Sul do Paraná na próxima semana, de 19 a 26 de março, indo até o HEMEPAR ou o HEMEPAR indo até os templos, para quê? Para arrecadar, para doar sangue!

Com mil pessoas aqui no Sul do Paraná, teremos condições de salvar quatro mil vidas! A cada bolsa de sangue arrecadada, doada, quatro pessoas são salvas! E é de tremenda importância. Por quê?

Porque hoje, no nosso País, cinco mil pessoas se fazem necessárias para um mês de doação de sangue para salvar vidas. São cinco mil bolsas de sangue que necessitamos no País todo! E, com esse Projeto, que é o Projeto Mais Vida, 60% da doação do País que é em um mês, nós conseguiremos em uma semana.

Em uma semana nós teremos 60% da doação de sangue arrecadada aí por jovens que colocarão a sua vida para salvar vidas, em memória, em lembrança àquilo que o Senhor Jesus fez para nós. Como é que se faz doar sangue com o Projeto Mais Vida? Vai-se ao site [www.projetoMaisVida.com.br](http://www.projetoMaisVida.com.br) ou a um telefone aqui, você faz um cadastro, recebe um folder, que você deve ter aí na sua mão. Nesse folder vem um panfleto - **SOU DOADOR** - destacável. É enviado para nós, é remetido para nós. E nós providenciamos para você uma carteirinha do Projeto Mais Vida. Ele deu tudo para você doar um pouco: Sou doador.

De 19 a 26 de maio, na Semana da Paixão, Aquele que deu tudo por você, nós estaremos indo doar sangue, doar vida. 60% do sangue do Brasil vai ser arrecadado na região sul e 33% no Paraná graças aí ao projeto dos jovens que estarão envolvidos no Projeto Mais Vida.

Agradeço a atenção, agradeço ao Deputado Artagão pelo apoio e suporte para nós nesse projeto e que Deus abençoe a todos vocês neste projeto de salvar vidas.

#### **O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)**

Nós agradecemos a sua explanação. Agradecemos ao Deputado Artagão pela importância do projeto que ele traz a esta Casa de Leis, a Assembléia Legislativa.

Só para encerrar, Deputado Artagão.

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Pastor Alceu, evidentemente que ele me perguntou se deveria demorar e eu disse que, quanto mais objetivo, melhor, mas, é um Programa de alcance extraordinário, a meta são mil bolsas que salvam, cada bolsa, quatro vidas, são, no mínimo 4.000 pessoas, se nós alcançarmos as metas que estarão sendo contempladas dentro desse programa.

Não é um Programa e não é um projeto do Deputado Artagão, nem do Pastor Alceu ou da Igreja Adventista, mas é um programa em parceria com o HEMEPAR, com as necessidades sociais do nosso Estado e do Sul do País. A meta nacional são 5.000 bolsas; nós temos um alvo audacioso de mil. Tenho certeza que somos capazes.

Gostaria de lançar um desafio a todos aqueles que estão presentes aqui, aos nossos parceiros, nobres Deputados de que nós nos motivássemos também a participar desse projeto, dessa campanha de doação e sem dúvida alguma nós nos sentiremos mais felizes depois de termos feito a nossa parte.

Cada um de nós tem uma responsabilidade muito grande não só no papel político que exercemos aqui como representantes, dignamente eleitos pela população mas, acima de tudo, também no aspecto social no exem-

plo que daremos se pudermos participar, objetivamente, nesta campanha de doação.

Faço, quem sabe, um apelo ou um desafio aos nobres Pares para que, pelo menos 1/3 dos Deputados que aqui existem na nossa Assembléia Legislativa, possam participar da doação. Algumas manifestações já ocorreram aqui e já nos deixam felizes.

Tenho certeza que esta campanha encabeçada pelo Pastor Alceu será vitoriosa, não em nosso nome, mas no nome do povo do Paraná e em nome do Projeto Mais Vida.

Para finalizar queria ler o que está escrito no verso do panfleto que todos receberam:

“Se Ele deu tudo, custa tanto dar um pouco?

Ele foi até a cruz, você só vai andar um pouco.

Ele foi estirado no madeiro; você só vai estender um braço.

Esmagaram Suas mãos com pregos; tocarão com carinho em você.

Cuspiram no Seu corpo; sorrirão pelo seu gesto.

Zombaram de Sua humildade; exaltarão o seu amor solidário.

Para Ele, solidão interminável.

Para você, gratidão inexplicável.

Sangue de Deus cuja morte trouxe a vida, sangue de filhos cuja vida retarda a morte!

Foi tudo por você, tão pouco para tanto.

Está consumado.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Passamos, de imediato, conforme acordo entre o Deputado Artagão e o Deputado Elton Welter, o Deputado Elton Welter terá dez minutos para sua exposição.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

“Diante dos acontecimentos recentes, sem precedentes na história do Poder Legislativo estadual, gostaria de refletir sobre a essência do Parlamento, seu papel perante a sociedade, a independência entre os Poderes e a relação institucional e política dentro desta Casa de Leis.

Para tanto, é preciso resgatar o espírito de efervescência política do período pós-independência do País, em 1822, com a instalação da primeira Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Que mesmo sendo de curta duração trouxe como legado histórico o início dos grandes debates sobre importantes temas nacionais.

Desde aquela época, passando pelos anos de chumbo até a luta pela democratização do Brasil, a classe política tem, a duras penas, evoluído junto com a sociedade civil organizada e auxiliado na consolidação do Estado Democrático de Direito em que vivemos hoje.

A Assembléia Legislativa do Paraná cumpre papel imprescindível perante a sociedade, desempenhando funções essenciais para a consolidação da democracia quando legisla sobre os assuntos de interesse estadual e fiscaliza a aplicação dos recursos públicos, honrando a representação popular que cada Parlamentar recebeu através do voto.

Entretanto, devido a acontecimentos recentes na esfera política, o Poder Legislativo tem deixado a opinião pública brasileira e, em especial a paranaense, perplexa.

Mesmo reconhecendo a legitimidade da eleição do novo Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Considero que foi a vitória do fisiologismo político e do clientelismo corporativo de um sindicato de Deputados, mas interessados em debater vantagens e benefícios em proveito próprio do que propriamente legislar para o povo brasileiro.

Mas não é só em Brasília que acordos e conchavos são feitos à noite, alicerçados pela legalidade de regimentos internos, mas carentes de moralidade política e de respeito à palavra dada por parte de líderes partidários.

Para espanto de grande parte dos Deputados desta Casa, o bordão do Governador Requião e do PMDB em seus programas de propaganda política no rádio e na TV: palavra dada, palavra cumprida, não foi honrado por parte da Bancada do PMDB que, na escuridão da noite, fez um acerto pela manutenção do PFL na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), enquanto o Líder do Governo, Deputado Natálio Stica, buscava manter o acordo inicial entre a base aliada para manter a Presidência da CCJ com o PT.

Infelizmente, parte da Bancada do PMDB rompeu unilateralmente um acordo com o meu Partido, traindo o que havia sido acordado previamente entre as Lideranças do PMDB e do PT não só com relação à CCJ, mas também com relação às demais comissões permanentes da Casa.

Mas nem tudo está perdido. A dialética do processo político é reveladora e ensina que devemos aprender com os erros e saber escolher melhor os companheiros de caminhada.

O mestre Maquiavel já disse que o gênero humano julga mais com os olhos do que com o tato: todos podem ver, mas poucos podem sentir. Todos vêem nossa aparência, poucos sentem o que realmente somos. Alguns deveriam extrair lições dos pensamentos de Maquiavel, principalmente, aqueles que vetam seus pares e julgam a competência alheia pelo mesmo metro que se medem. Diplomacia Parlamentar.”

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Solicito um aparte, Deputado.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

No final do meu pronunciamento.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

V. Exa. poderia me conceder...

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

A palavra está assegurada ao orador.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

O microfone que fica ligado, aqui, permite que qualquer Deputado chegue e atrapalhe de forma desleal o pronunciamento de quem está na tribuna. Acho que deveríamos manter uma determinação que, quem está na tribuna, concede a palavra se quiser. Agora, o que não pode é alguém chegar aqui no microfone e deslealmente tentar interromper o pronunciamento de quem está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Neivo Beraldin, não cabe pela ordem, mas vou levar até a Comissão Executiva da Casa a reavaliação de que os microfones centrais fiquem como são os outros das mesas, acionados apenas através de um botão.

Continua com a palavra o Sr. Elton Welter. O senhor tem mais um minuto além dos dez que já lhe foram concedidos.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Nobres Pares, eu queria que esta Casa tanto quanto possível, obedecesse, criasse e tivesse uma visão de diplomacia parlamentar, porque o Poder Legislativo só se engrandece, na medida em que acordos entre líderes prevalece, porque senão, o Poder Legislativo diminui. Fortalecer o Poder Legislativo tem que haver entendimento com os Líderes da Oposição, da Situação e isso engrandece este Poder.

(Lê):

“Com este argumento neste momento de reflexão, faço minhas as palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade:

‘Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros.

Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considero a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos!

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.’

Tenho certeza que, de mãos dadas, a Assembléia Legislativa vai superar esse momento difícil e, pelo bem do Paraná e do Brasil, vai retomar o ritmo que sempre caracterizou esta Casa como a mais produtiva do Brasil.

Assim espero!”

Nós do PT, e aqui peço licença ao Deputado que me antecedeu antes, Tadeu Veneri, sempre honramos os nossos compromissos nesta Casa de Leis. Nós buscamos que este Parlamento se fortaleça cada vez mais e, no nosso entendimento, com esse erro de avaliação e de condução se aprenda a lição. Então nos sentimos prejudicados, sensíveis à essa percepção e quero me solidarizar ao ex-Líder do Governo, Natálio Stica, que tentou conduzir um processo acordado previamente, e infelizmente não

houve esse entendimento por parte da Bancada do PMDB.

O Sr. Antonio Anibelli (PMBD)

V. Exa. concede-me um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. faltou com a verdade nesta tribuna, Deputado, e a ética parlamentar! V. Exa. que está querendo ser um professor nesta Casa, de como se dialoga, como se mantém no Parlamento! V. Exa. faltou com a verdade quando disse que parcela do PMDB, na calada da noite, fez acordo com o PFL! V. Exa. não está sendo responsável pela sua palavra nesta tribuna, dizendo inverdades! Eu não aceito, em nome do meu Partido! Não fui desleal ao pedir aparte a V. Exa. e estou sendo ético ao dizer que V. Exa. está colocando dúvidas em todos os Deputados do PMDB! Não houve acordo, não houve madrugada para fazermos acordo!

O que houve, foi incompetência da Bancada de V. Exa., como houve incompetência em Brasília, quando V. Exa. cita a eleição de Severino Cavalcante! A disputa interna entre dois Parlamentares do seu Partido, em Brasília, levou à fragorosa derrota! Não tem nada que ver o Presidente da Câmara, como não tem nada a ver o meu posicionamento com ética, com postura e...

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Concedo mais um minuto para que o Deputado Elton Welter termine o seu pronunciamento.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. concede-me um aparte?

(Assentimento)

Apenas para recolocar, sem ser teatral e sem entrar em termos emocionais, porque me parece que o Parlamento não é propriamente um circo, nós devemos lembrar, embora alguns entendam como um circo, que houve sim, e eu concordo com V. Exa. houve sim, veto. Houveram, aliás, porque não foi um veto. Públicos, inclusive.

Está nos jornais e houve um acordo público e V. Exa. está correto quando diz que houve um acordo público, e mais, foi rompido, sim, por uma parcela, segundo alguns Deputados, inclusive o Deputado Nereu Moura que nos informou que não esteve presente a essa reunião.

Então, eu não sei exatamente qual é a intenção, quando se tenta fazer com que aquilo que, infelizmente é verdade, infelizmente, porque se houve incompetência...

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Acabou o horário destinado ao Grande Expediente, ao Sr. Deputado Elton Welter, mas, por respeito, vou conceder trinta segundos, uma vez que o senhor foi aparteado.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Nós, deste Parlamento, temos que aprender umas lições.



Nós acreditamos que faltou um pouco de companheirismo por parte da Bancada do PMDB. Tenho esta convicção. E quero que me provem do contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Elton Welter, acabou o prazo de V. Exa. para o uso desta tribuna.

### ***Horário das Lideranças:***

Passamos de imediato para o Horário das Lideranças. Horário reservado a todos os Partidos, uma vez que na Sessão de terça-feira, quando é reservado o Horário de Liderança, não houve Sessão.

PDT, Deputado Augustinho Zucchi, para fazer uso por cinco minutos, do Horário da Liderança do PDT.

### ***Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi***

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou fazer uso da palavra hoje, para falar de uma questão extremamente importante da nossa região Sudoeste do Paraná, a qual eu represento.

Há uma seca, causa prejuízos enormes à nossa população, de tal forma que inclusive o Governador Roberto Requião já decretou, parece-me que hoje, estado de emergência na nossa região, nos 42 municípios do Sudoeste do Paraná.

Os prejuízos são imensos e dia 14, segunda-feira, o Presidente Lula, estará visitando a região, porque parece-me que vai visitar os três Estados do Sul.

Mas, quero registrar, Sr. Presidente, a pauta estabelecida pelos nossos agricultores. Se eu não conseguir falar dentro dos cinco minutos que V. Exa. concede-me, e entendo a rigidez que V. Exa. impõe, porque às vezes que presido a Sessão também gosto que se cumpra o Regimento, vou dar como lida se me permitir, se não puder falar.

(Lê):

“Assunto: Pauta Emergencial da SECA

Desde o início de novembro de 2004 a região Sul vem sendo atingida por mais uma estiagem que assola os três Estados. No Sudoeste do Paraná a situação é gravíssima. Portanto um grupo de entidades e organizações abaixo relacionadas decidiram formular uma pauta unificada de reivindicações visando amenizar os problemas principalmente dos pequenos agricultores.

#### **Ao Governo Federal:**

1. Que todas as famílias de agricultores familiares atingidas pela estiagem e que contraíram empréstimos de custeio safra 2004/2005 - independentemente ou não de

ter aderido ao PROAGRO - sejam beneficiados com um seguro de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

2. Que todas as famílias de agricultores familiares que não contraíram empréstimos de custeio safra 2004/2005, também sejam beneficiadas com uma bolsa-estiagem de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

3. Anistia do custeio da safra 2004/2005 para os demais agricultores familiares.

4. Anistia das parcelas de investimentos com vencimento em 2005 dos agricultores familiares.

5. Abertura de uma linha de crédito de custeio agropecuário de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com prazo de três anos para pagamento com juros do PRO-NAF para os agricultores familiares atingidos pela estiagem.

6. Dispensar a observância do zoneamento agrícola para esta safra devido a emergência relacionada à estiagem. E aperfeiçoamento do zoneamento agrícola para a próxima safra.

7. Que os produtores rurais que tenham investimentos financiados e não se enquadrem na agricultura familiar, tenham suas parcelas de 2005 prorrogadas para pagamento após a última parcela do contrato, sem juros.

8. Que os agricultores que não se enquadram na agricultura familiar e que tenham financiamento de custeio safra 2004/2005, possam parcelar em três vezes este saldo devedor com pagamento da primeira parcela de 2008, incluindo a CPR.

9. Que a liberação dos financiamentos de custeio para a próxima safra, sejam tempestivos e suficientes para a utilização da melhor tecnologia.

10. Que seja estudada a viabilidade de se fazer laudo de perdas de forma generalizada para os agricultores que aderiram ao PROAGRO, nesta safra.

#### **Ao Governo Estadual:**

1. Que o Governo do Estado efetue o reconhecimento de Estado de Emergência imediatamente.

2. Que os agricultores recebam liberação de recursos ou sementes de cultura de inverno (pastagem), sendo no mínimo quatro sacas por família.

3. Que os agricultores familiares que contraíram ou não empréstimos de custeio safra 2004/2005, recebam bolsa-estiagem no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), com o compromisso de fazer recuperação das matas ciliares, bem como de preservação de fontes e mananciais.

4. Que os agricultores recebam recursos horas-máquina para recuperação de bebedouros, fontes de água.

5. Liberação de recursos para auxiliar os agricultores familiares na aquisição de materiais para preservação de fontes, bebedouros e mananciais, tais como: rolo de arame, palanques, caixas d'água, mangueiras e similares.

#### **Aos Governos Municipais:**

1. Que os municípios ainda sem o decreto de Estado de Emergência, o façam o mais rápido possível.

2. Que os municípios forneçam mudas de árvores nativas para plantio nas propriedades.

3. Que os municípios disponham de equipes técnicas capacitadas para orientação e acompanhamento no trabalho de proteção e recuperação de pontes, nascentes e matas ciliares nas propriedades.

4. Que os municípios atendam às principais emergências na abertura de bebedouros nas propriedades.”

Eu acompanhei no final desta semana, na data de ontem e de hoje, aquilo que está acontecendo no Sudoeste do Paraná. São três locais onde os agricultores permanecem de vigília, porque está faltando água nas escolas, está faltando água nos aviários, está faltando água para tudo aqui que é fundamental, especialmente para os pequenos produtores.

Eu vejo que há um prejuízo imenso, uma situação bastante difícil.

Esperamos que a ida do Presidente Lula à nossa região possa minimizar as dificuldades dos nossos pequenos agricultores. O prejuízo é sentido na safra. A própria Secretaria de Agricultura admite que das 12 milhões de Toneladas de soja prevista para a nossa colheita, apenas 10 milhões serão realizadas.

Está difícil fazer a próxima safra. Os agricultores pequenos tendo o prejuízo como estão tendo de 10 a 100% nas suas propriedades com a seca, certamente terão muitas dificuldades para fazer a próxima safra.

Solicito aos Deputados, especialmente os que são da nossa região Sudoeste e Oeste do Paraná, que se somem para que possamos minimizar as dificuldades dos nossos agricultores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Augustinho Zucchi, tenha certeza que os 53 Deputados se solidarizam e assinam junto com V. Exa. Passamos para o Horário da Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

## ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Escutei com atenção o discurso do Deputado Augustinho Zucchi, das preocupações do Sudoeste do Estado com relação à seca que os moradores daquela região enfrentam, em especial os produtores rurais.

O que acontece no Sudoeste é estendido a várias outras regiões do Estado do Paraná. Com a situação hoje existente no Sul do Brasil, estamos claramente percebendo que o campo vai entrar em crise. Temos, através da falta de chuva, uma diminuição da produtividade, e, com essa diminuição, uma menor renda ao produtor rural.

Com o mercado internacional, que está em queda em todos os produtos que são exportados pelo País, a

redução do preço vem prejudicando também os produtores rurais.

Para fechar o prejuízo do campo quero falar do câmbio que caiu de três reais para dois e setenta centavos o dólar. Isso é um prejuízo direto. E o resultado disso está nas cidades. Estamos vendo todas as indústrias de equipamentos agrícolas não vendendo mais. Caiu em torno de 63% as vendas de equipamentos agrícolas em Curitiba e no Sul do País. É um resultado trágico, porque as demissões já começaram. Tem quase 14 mil funcionários que trabalham nas indústrias que produzem equipamentos agrícolas. Temos hoje mais de 4 mil funcionários demitidos.

A crise está aí! O campo vai sentir! A economia do Paraná vai sentir e teremos, com certeza, no final da safra, a quebra da produção rural do Paraná, e no Sul do País a situação é grave!

Ao mesmo tempo andei refletindo. Refletindo sobre o dia em que o Diretor-Geral do DER aqui esteve, onde respondeu, por várias horas, às perguntas dos Deputados desta Casa.

Fiquei pensando de lá para cá. Estamos vendo agora sendo implantado no nosso Estado, pela vontade do Governador Roberto Requião, o tal do pedágio de manutenção. O que é o pedágio de manutenção?

O Governo do Estado vai pegar o dinheiro dos cofres públicos e vai arrumar três estradas do nosso Estado. Uma no Sudoeste, uma no Norte do Paraná e uma, aqui, na região do Norte Velho.

O que ele vai fazer? Vai investir o nosso dinheiro para arrumar a rodovia, depois vai usar do dinheiro público para construir a praça de pedágio e, depois, vai cobrar dos paranaenses, vai cobrar dos usuários.

Daí eu paro e penso: é justo? É certo utilizar o dinheiro público para arrumar as estradas e depois cobrar daqueles usuários que pagam os impostos? Os usuários, ao mesmo tempo, vão ter que pagar, novamente, para poder rodar na rodovia que com o dinheiro dele foi recuperada! É justo? Eu deixo a palavra para todos.

O diferencial que tem entre uma estrada que é arrumada com o dinheiro público para uma estrada concessionada, que foi entregue à iniciativa privada, é que essa que está na mão da iniciativa privada foi arrumada com o dinheiro da concessionária, dos donos dela, e, a partir dali, depois de arrumada com o dinheiro público, ela passou a ter a cobrança do pedágio.

Está caro o pedágio?

Está caro! Na minha avaliação, tem que se encontrar o preço justo para os usuários, e também, para as concessionárias que colocaram ali o seu dinheiro para arrumar as estradas, fazer terceiras faixas e duplicar.

Só para concluir vamos fazer a análise.

Os paranaenses têm que pensar: é certo?

Com certeza, essa estrada que terá o pedágio do Requião vai ter um pedágio pequeno, pois não teve custo nenhum. Vai cobrar praticamente nada, pois teve custo zero.

Eu acho que não é justo. Se foi arrumado com o dinheiro da população, o Governador não deve cobrar o pedágio por todos os usuários.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Passamos de imediato ao Horário da Liderança do PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, o que me traz à tribuna, hoje, seria um assunto referente à Secretaria de Transportes, mas achei por bem deixar para próxima segunda-feira, porque acredito que essa questão mereça por parte da imprensa uma ampla cobertura e, hoje, pelo que senti, a imprensa está rica de notícias. Esse assunto nós traremos na próxima segunda-feira.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição no Grande Expediente da próxima segunda-feira. Faço oficialmente para que possamos discutir algumas questões referentes à Secretaria de Transportes e a recuperação das rodovias do Paraná. É de extrema relevância e, por isso, deixo para segunda-feira, porque senti que vários Parlamentares têm interesse em pedir porque têm conhecimento dessa questão.

Quero, aqui, cumprimentar o Deputado Stica. Não tive o prazer e nem a possibilidade de exercer a Liderança da Oposição quando o Deputado Stica estava à frente da Liderança do Governo, mas sei, Sr. Presidente, do perfeito relacionamento Parlamentar que existia e que existe entre o Deputado Stica e os Deputados da Oposição, em especial com o Deputado Durval Amaral, que exercia a Liderança da Oposição.

Quero cumprimentar o Deputado Stica pelo tempo em que ele exerceu a Liderança do Governo, com ética, com clareza, sempre procurando diálogo e certamente o Parlamento perde, neste momento, um grande líder. O Deputado Stica leva da Oposição nosso reconhecimento, porque sempre por mais áspero que fosse nosso debate, ao sair da frente do microfone, sempre nos combatendo no campo das idéias, nos tratava com respeito, com educação, como nos tratava na hora em que discordava deste Deputado e dos Deputados de Oposição.

Por isto, deixo aqui de fazer meu pronunciamento, Deputado Stica, para, em nome dos Deputados da Oposição, dizer-lhe que V. Exa. marcou época nesta Casa, porque ser Líder de Governo é uma missão espinhosa. Certamente V. Exa. fará muita falta ao Governo Requião, pela forma com que V. Exa. se conduziu nesta Casa, com sua lealdade.

Percebemos, na atitude do Parlamento, como é que se exerce a Liderança do Governo. E nós sempre vimos

aqui, nas palavras do Líder Stica, no olhar do Líder Stica, na preocupação do Líder Stica, era sempre de fazer o melhor para o Governo Requião.

Vai fazer falta ao Governador Roberto Requião a lealdade do Deputado Stica...

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Deputado Rossoni, por favor, o senhor tem trinta segundos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB).

Não usarei os trinta segundos. Usarei do Horário da Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Eu só gostaria, dentro deste horário, ainda, e antes de abrir o Horário da Liderança da Oposição a V. Exa., considerar que no dia quatorze, segunda-feira, o Horário do Grande Expediente já está reservado pelo Sr. Presidente Hermas Brandão, para uma discussão sobre o Aquífero Guarani. No dia quinze, terça-feira, a Deputada Elza Correia está inscrita. No dia 16, está livre.

Posso inscrevê-lo?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não.

V. Exa. pode inscrever-me no Pequeno Expediente e eu converso com o Deputado Traiano para usar o Horário da Liderança do PSDB.

Com o Horário da Liderança da Oposição, certamente poderei fazer meu pronunciamento.

Concedo aparte ao Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Perfeitamente. V. Exa. tem dez minutos no Horário da Liderança da Oposição.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Deputado Rossoni, gostaria de ter aparteado o Deputado Stica, que no dia de ontem renunciou à Liderança do Governo, mas em função do horário, não foi possível. Mas, com sua permissão - o senhor, que é Líder da Oposição e que já foi Líder do Governo, principalmente a missão para um Parlamentar como o Deputado Stica, que mesmo não sendo do Partido do Governo, se dispôs a liderá-lo não é uma tarefa fácil. É espinhosa, e realmente ser um Líder de Governo não é missão para qualquer um.

Primeiro, o relacionamento que muito bem sempre teve o Deputado Stica, com todos os seus membros, a articulação. Nós entendemos, Deputado Stica, que sua saída da Liderança não é, em hipótese alguma, em função do seu fracasso. De jeito nenhum! É uma circunstância! Uma circunstância política! Entendemos a posição política do seu Partido, do PT, mas quero me solidarizar com V. Exa. porque sabemos que a missão realmente, é árdua, é difícil. Ter que conversar, ter que articular, ter que deba-

ter com cada um dos Parlamentares, requer muito tempo. Eu entendo que V. Exa. fez isto com muita seriedade e com muita competência.

Claro que a sensação é de alívio. Eu também, quando entreguei a Liderança do Governo, tive a sensação de alívio. Não é uma tarefa fácil.

V. Exa. travou o bom debate na Assembléia Legislativa. Sempre nos respeitamos. Não tenho lembrança de, em nenhum momento termos faltado com o respeito um com o outro, eu na Liderança da Oposição e V. Exa. na Liderança do Governo. Isto é fundamental num Parlamento. Às vezes acontece até o exagero do verbo, só que este exagero deve limitar-se ao debate da tribuna, como sempre tivemos este entendimento. Na verdade, nossas diferenças políticas, ideológicas ou partidárias ou no calor de uma discussão não podem ser levadas para depois da Sessão plenária.

É isto o que engrandece o Parlamento. Aqui não estamos num clima de inimizade, de competitividade. Acho que o debate é salutar, mesmo este que resultou na sua renúncia!

Claro, a Oposição agiu, conseguiu um espaço significativo, até talvez tenha imposto uma derrota ao Governo, mas com muito respeito. Com muito respeito aos Parlamentares do PMDB, aos Parlamentares do PT, aos Parlamentares do Bloco minoritário, das minorias enfim, e sempre uma atitude que eu acho que acaba sendo uma atitude de grandeza, de V. Exa. e dos Deputados da Base do Governo: nunca usei, mesmo quando provocado por alguns, a palavra “rolo compressor”, como tantas vezes ouvimos, aqui, enquanto Líder do Governo. Por quê? Porque “rolo compressor” é até um desrespeito ao Parlamentar eleito com um mandato.

Alguém me perguntava: “O rolo compressor perdeu, desta vez?” Falei: “Não, não é isto”. Nós somos minoria do plenário e no plenário perdemos sempre ou quase sempre, exceto quando alguma manobra regimental nos possibilita a vitória. Mas, quase sempre perdemos. Muitas vezes, inclusive, V. Exa. acolheu nossas emendas, fortalecendo e engrandecendo ainda mais a discussão Parlamentar.

Mas, na CCJ, nós conseguimos o que para alguns era inacreditável: o número de oito Parlamentares. Então, na CCJ, venceu a maioria. E esta maioria da CCJ tem que ser respeitada, com Deputados do Bloco Independente, com Deputados da Oposição.

A grandeza que teve V. Exa., neste momento, e outros Parlamentares mais da Base do Governo, de não buscarem o amparo do Poder Judiciário por uma causa, tenho certeza, previamente perdida, demonstra o grau, o espírito e a necessidade de fortalecermos cada vez mais a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Mas tudo isto é folclore perto da magnitude, da grandeza de espírito e até da sua postura, de renúncia e despojamento, neste momento, da Liderança do Governo. Isso demonstra seus princípios éticos. Demonstra seu

preparo intelectual, sua personalidade, de que não seria possível, neste momento, efetivamente inobstante a vontade do Governador, que tenho certeza gostaria que V. Exa. continuasse na Liderança do Governo, mas demonstra seu compromisso partidário. E dentro do PT, essa disciplina partidária, parece talvez um dos grandes atributos que fez com que o PT se tornasse o grande Partido que é, hoje, a nível de Estado do Paraná e a nível nacional.

Deputado Rossoni, desculpe-me tomar seu tempo fazendo esta tabela para poder homenagear o Deputado Stica.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Ninguém melhor que V. Exa. para cumprimentar o Deputado Stica. Deixo aqui minha saudação e certamente continuaremos, aqui, V. Exa. muito mais leve, mais solto, exercendo sua atividade de Parlamentar, como sempre exerceu. Por essa razão, não poderia, Deputado Durval, em nome da Oposição, deixar de cumprimentar aqui a atitude do Deputado Ratinho Júnior que num lampejo de inteligência fez com que nós ganhássemos uma batalha praticamente sem soldados.

Quero cumprimentar este jovem Parlamentar que certamente marcou uma página da história desta Assembléia que nem sempre a maioria tem que vencer se a minoria for habilidosa.

Por isso, cumprimento o Deputado Ratinho Júnior, agradecendo a atitude que ele teve de abrir mão num determinado momento, em poucos segundos, e aí demonstra que está surgindo uma grande liderança que fará escola dentro desta Casa.

Meus parabéns ao Deputado Stica, desejo-lhe toda a felicidade e espero ter, a partir dos próximos dias, o novo Líder do Governo com a mesma capacidade e a mesma lealdade que exerceu aqui o Deputado Stica, reconhecida aqui pelo nosso mestre Durval Amaral, Líder das Oposições e por mim que hoje exerço este cargo.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Passamos à Liderança do PMDB, Delegado Braddock.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Delegado Braddock***

#### O SR. DELEGADO BRADDOCK (PMDB)

Venho aqui primeiramente parabenizar ao festejado Deputado Durval Amaral e aos Deputados de Oposição pela brilhante manobra que fizeram nesta semana, conseguindo conquistar, assim, a Comissão de Constituição e Justiça.

Parabéns ao Deputado Durval. Espero que V. Exa. conduza os destinos da CCJ com tamanha galhardia como se conduz aqui no Plenário.

Em segundo lugar, quero cumprimentar o Deputado Ratinho Júnior pelo brilhante pronunciamento, ao Deputado Stica.

E agora, passamos à parte do nosso discurso.

Deputado Barbosa Neto, menino eloquente, no seu discurso vem dia-a-dia acintosamente descendo, na gíria policial, “o sarrafo”, na segurança pública.

Deputado Barbosa Neto, o crime não tem prognóstico, acontece de maneira inopinada e não avisa ninguém. Nestes dois anos o Governador Requião tem tentado de todas as maneiras, com os poucos soldados que tem, com os poucos policiais que possui e que herdou, fazer uma segurança o mais perto possível da perfeição. Não é possível que isso sempre aconteça.

Mas, não posso aceitar que dia-a-dia, pegando o jornal o Deputado venha aqui e leia que mataram fulano, que trucidaram sicrano, que morreu não sei quem na cadeia, que fugiu não sei quem do outro distrito, venha acusar o Governo pela inércia na segurança! Não é verdade! Sou delegado há muito tempo, sou policial há muito tempo, e todos esses fatos, todos esses crimes aconteciam também no Governo passado! No Governo anterior, no outro, há vinte e poucos anos a nossa segurança não é olhada com olhos como deveria ser olhada!

Deputado Barbosa Neto, V. Exa. me perdoe, mas esse discurso já está me cheirando “xarope Vick”: você toma, toma, toma, mas não refresca a garganta. Vamos mudar!

Ainda nesta semana o Governador mandou a mensagem para cá aumentando, tentando repor o efetivo da Polícia Militar em quase quatro mil homens. Não vai resolver ainda o problema. Faltam dez mil homens da Polícia Militar, mas foi o maior e melhor aumento do efetivo durante os últimos dez anos! Temos que dar a mão à palmatória.

Morreu, o crime acontece, Barbosa Neto. Foi feita uma operação na Vila Torres, que conheço muito bem, e não foi por causa da esposa do Governador que foi assaltada ou da Deputada Cida Borghetti, ou da outra Deputada, ou de outros que foram assaltados. Foi feita porque tinha que ser feita! Uma operação daquela exige planejamento, cuidado e um pouquinho de profissionalismo.

Você não pode simplesmente pegar mil homens, entrar em um bairro como aquele - não vou dizer favela para não menosprezar - e tentar resolver o problema. O policial pode levar um tiro na esquina. O policial pode matar alguém inocente. Você pode ter uma série de problemas.

Então, tem que ter cuidado. Essa operação vai estender-se depois para Foz, Londrina, Ponta Grossa, aonde for necessário. Se o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil fosse suficiente, não haveria necessidade alguma dessas mega-operações. Mas como não tem e precisa ser reposto, tem que se fazer essas operações.

Nessas operações, Deputado Barbosa Neto, se você vai com cinco policiais, é uma coisa. Se você vai com cem, é outra coisa. Você nunca sabe o que vai acon-

tecer atrás de uma porta. O tiro não escolhe a pessoa que está na frente. Quem vier leva o tiro e pode morrer. É uma operação delicada, que tem que ser planejada com um mês, dois meses, três meses, filmar, fotografar, verificar quem é que está lá dentro, quem está organizando, quem está mantendo aquela região como refém.

V. Exa. tem que pensar muito bem antes de falar.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

V. Exa. tem trinta segundos para encerrar o seu pronunciamento, por favor.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

V. Exa. fica defendendo no rádio que o bandido tem que morrer, e aqui o senhor vem elogiar o bandido! Não dá para entender o seu discurso!

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Permite-me um aparte?

O senhor está colocando palavras na minha boca.

(**Vozes paralelas**)

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Eu não lhe dou o direito de me interromper a palavra! Eu não interrompi V. Exa.! O senhor não tem direito de me interromper!

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Fica garantida a palavra ao Deputado que faz uso da tribuna.

Deputado Bradock, por favor, continue o seu pronunciamento.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Não cabe Pela Ordem, Deputado, a não ser que o senhor cite um artigo que está sendo infringido.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Eu estou sendo citado.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Independente de o senhor estar sendo citado, nenhum artigo está sendo infringido. V. Exa. só tem direito ao aparte se o orador que usa a tribuna quiser lhe conceder. Senão, peço que V. Exa. use democraticamente o Horário das Explicações Pessoais.

Concedo a palavra ao Deputado Bradock.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

O senhor vai conceder-me um aparte, Deputado?

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Na sequência.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

V. Exa. tem trinta segundos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Obrigado, Sr. Presidente, mas não me deixam.

O Deputado Barbosa Neto, com esse “discurso iô-iô” dele, uma hora ele assopra e outra hora ele bate. Na segurança não dá para aceitar mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Quem bate e assopra é o senhor, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Está encerrado.

Com a palavra o Deputado Natálio Stica, pela Liderança do Governo. V. Exa. tem dez minutos.

## ***Liderança do Governo: Deputado Natálio Stica (PT)***

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, quero passar a palavra da Liderança do Governo ao Vice-Líder do Governo, que neste momento assume interinamente a Liderança até que o Governador Requião assim o faça, ao Deputado Dobrandino da Silva, que é o Vice-Líder nesta Casa.

Antes, porém, Deputado Dobrandino, quero fazer um convite aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, que logo mais às 17h30, no plenarinho desta Casa, estaremos abrindo um seminário - se assim pode ser chamado - quanto à privatização das águas. Estará aqui hoje um sindicalista da Empresa Vivendi, que é sócia da SANEPAR e é sindicalista da Vivendi na França, que vem falar dos atos dessa empresa, que é a que queria privatizar a água em nosso Estado. Convido aos Srs. Deputados para logo na sequência, no plenarinho, para a abertura deste seminário contra a privatização das águas.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna é para falar sobre o chamado episódio por parte dos Deputados, com relação às comissões.

Antes, porém, já queria usar a tribuna em função do pronunciamento, principalmente do Deputado Barbosa e aqui quero parabenizar o Deputado Bradock que já respondeu, com muita eficiência e conhecedor do assunto.

Enfim, queria rebater aqui o pronunciamento do Deputado Plauto Miró Guimarães.

Nós Deputados, sabemos muito bem e temos discutido exaustivamente esse caso do pedágio, mas só uma frase que ele colocou na tribuna eu queria que os membros que estão nas galerias, nas tribunas de honra, ver se

eles conseguem entender o que falou o Deputado Plauto Miró Guimarães, dizer que não entende o Governo que está recuperando as estradas do Paraná com dinheiro público e vai cobrar pedágio agora. Claro, eu entendo a preocupação dele! Mas o pedágio que o Governo vai cobrar não é o pedágio que o Governo dele implantou no Paraná. O Governo Requião vai implantar um pedágio de manutenção que, segundo se sabe, é 10 ou 15% do pedágio atual.

Mas, quero perguntar-lhe mais uma vez: com que dinheiro duplicaram a estrada da cidade dele, Ponta Grossa até Paranaguá? E hoje não é uma cobrança, é uma extorsão à população do Paraná.

Então, é uma contradição tamanha e eu entendo a preocupação do Deputado Plauto, mas o pedágio que o Governo vai implantar é um pedágio sério, apenas para manutenção, porque se você passar na praça de pedágio que vai a Paranaguá, é um assalto e não uma cobrança.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com relação à eleição das Comissões na Casa, na verdade é uma discussão complexa. Queria aqui dizer que o que nós lamentamos, a Bancada do PMDB, o próprio Governo lamenta a saída do Deputado Natálio Stica da Liderança do Governo. O Deputado sabe o respeito que temos pela Bancada do PT e principalmente o carinho que temos pela sua personalidade, pela sua responsabilidade, o grande Deputado que é a pessoa do nosso querido amigo Natálio Stica.

Gostaria que ele permanecesse na Liderança do Governo, embora respeitamos muito a sua decisão, mas é uma pessoa que merece todo o nosso respeito como pessoa humana, como grande político que foi aqui nesta Casa e usou com muita responsabilidade. Temos um carinho muito grande, nobre Deputado, pela sua pessoa e tenho certeza que V. Exa. continuará nesta Casa ao lado das boas causas e às causas do nosso Governador Roberto Requião e de nossos Parlamentares.

Nós respeitamos e temos carinho por todas as Bancadas. Agora, entendemos também que no calor da discussão isso fique como se fosse um episódio, mas não vejo por essa parte! É uma disputa enorme pelas principais Comissões e com essa alteração do Regimento facilitou que a Oposição, com mais membros na CCJ, levasse a Presidência. Nós entendemos isso e respeitamos, com naturalidade!

Com relação ao Presidente da CCJ que assume agora, o Deputado Durval Amaral, sabe que temos um respeito muito grande por ele. Tenho certeza que com a grandeza de espírito que tem e a responsabilidade de homem público que é, ele vai conduzir a CCJ visando primeiro o interesse do povo do Paraná e, com certeza, não irá dificultar em nada o andamento dos projetos desta Casa.

Agora, não posso aceitar aqui, Deputado Anibelli, lição política de ninguém!

O Deputado Elton Welter que me desculpe, é meu grande amigo, da minha região, mas não aceito lição

política dele, ele tem que aprender muito ainda, politicamente, como nós aprendemos.

Eu o respeito, V. Exa. Deputado, é um grande Parlamentar e eu admiro o seu trabalho, o seu esforço, defende a população, mas neste momento eu não posso aceitar, ontem fui taxado de traidor, essa pecha eu nunca levei e não levarei! Nós discutimos aí de forma aberta, tivemos dificuldades, mas procuramos, na verdade, definir melhor para o andamento aqui nesta Casa.

Agora, eu quero colocar de maneira franca e aberta, à Bancada do PT, que como eu já disse, foi nossa aliada, mas quem provocou uma ruptura dentro das duas Bancadas não fomos nós do PMDB, foi o Presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado André Vargas, que tenho amizade com ele, e um respeito muito grande. Ele vem, de algum tempo para cá, não está sintonizado com as causas do Governo aqui na Casa.

Política é isso. Foi o que começou a provocar uma ruptura aqui dentro e acabou chegando aonde chegamos ontem, porque estava uma discussão acirrada por parte do Presidente do Partido dos Trabalhadores com relação às Comissões, algumas intransigências, e o Deputado Antonio Anibelli não teve outra alternativa.

Eu acompanhei o Deputado em todas as discussões e ele agiu com muita lealdade e muita responsabilidade nessa discussão, defendendo o Governo nesta Casa.

Muito obrigado!

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 42 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Chico Noroeste, na qualidade de Líder do PL, constante do expediente, comunicando que foi indicado para responder pela Liderança do PL, nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSBD, constante do expediente, indicando o nome dos Deputados na condição de titular e suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o seu nome como titular e o do Deputado José Maria Ferreira como suplente no Conse-

lho de Ética e Decoro Parlamentar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Hermas Fonseca, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, requer autorização para ausentar-se em viagem a Vitória/ES, nos dias 09 e 10 de março. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei complementar de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Queremos registrar a presença da Vereadora do PT, Elizabeth, de Boa Ventura de São Roque, a pedido da Deputada Luciana Rafagnin.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de consultar V. Exa., dentro deste novo Regimento Interno da Casa, se posso me inscrever antecipadamente no Pequeno Expediente de amanhã e se posso também usar o horário do PTB de amanhã também. Amanhã teremos Sessão ou somente na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

V. Exa., poderá se inscrever para a Sessão de segunda-feira colocando seu nome, tanto para o Pequeno Expediente e para o Horário do PTB ou já deixar registrado, porque vamos pedir aos auxiliares da Mesa que já o façam.

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 2ª Discussão

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Em votação a emenda. Como o parecer é contrário, a votação será procedida de forma inversa.

O Srs. Deputados que a aprovam queriam levantar-se. **Rejeitada.**

Em discussão o projeto, substitutivo geral da CCJ, com parecer favorável. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC e CDC. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 382/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 382/2003 de autoria do Deputado Vanderlei Iensen tem por designo obrigar as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis e dá outras providências.

Em vista da crescente onda de adulteração nos combustíveis que atualmente ocorre em todo o nosso País, este projeto de lei visa garantir a qualidade de combustível no Estado do Paraná, dificultando a ação dos falsificadores.

Como bem assevera o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado do Paraná, a recente decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, na qual fora discutida a suposta ofensa dos artigos 22, I, II e IV; 5º, XXII e XXIV; e, 170, I e IV, dá azo ao prosseguimento do projeto de lei em análise, tendo em vista o interesse público de defesa do consumidor.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucio-

nalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 382/2003

P A R E C E R :

Para evitar a adulteração dos combustíveis nos postos e garantir a qualidade do produto, em benefício do consumidor, somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis.

Entendemos que tal medida dificultaria a adulteração de combustíveis, uma vez que a distribuidora será a responsável pela colocação de lacres nos postos e abertura dos tanques.

Com isso, poderemos responsabilizar as distribuidoras de combustível pelos produtos entregues nos postos, bem como garantir combustível de boa qualidade para a população.

Vale lembrar, ainda, o parecer da Procuradoria do Estado do Paraná, Valiana Wargha Calliari, que afirma que o projeto de lei está em consonância com os princípios constitucionais vez que o direito de propriedade, a livre iniciativa e a livre concorrência devem ser conciliados com a defesa do consumidor (artigo 170 da Constituição Federal).

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 382/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, visa obrigar as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Defesa do Consumidor, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 382/2003

P A R E C E R :

De iniciativa do ilustre Deputado Vanderlei Iensen, o presente projeto, uma vez aprovado, garantirá aos consumidores de combustível a procedência do produto e conseqüentemente a sua qualidade.

Melhor do que remediar é prevenir, exigindo das distribuidoras que seus produtos não sejam passíveis de adulteração pelos postos, pois devem zelar pelo produto que fornecem.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 324, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 382/2003.

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o destino de brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantil apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 011/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 011/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, tem por desígnio, dispor sobre o destino de brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantil apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná e dá outras providências.

**Histórico**

O referido projeto de lei, em sua justificativa, alega que com a sua aprovação, diminuir-se-á o número de mercadorias falsificadas em circulação no Estado do Paraná. Ademais, tendo em vista que os produtos atualmente apreendidos são destinados à incineração, como projeto de lei em análise, pretende-se fazer com que o material seja utilizado de maneira mais proveitosa.

**Fundamentação**

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida mensagem, ficando defesa a análise do seu mérito. Destarte, devemos ressaltar que a matéria ora sopesada não pode ser enquadrada dentre as matérias de competência exclusiva, discriminada na Constituição Estadual, cabendo então à Assem-

bléia Legislativa dispor sobre a matéria, conforme podemos colacionar na transcrição do artigo 24, XVI da Constituição Federal logo abaixo:

Art. 24 Compete à União, aos Estado e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

**Conclusão de Relatório**

Diante da situação ora gizada, este Parlamento manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 011/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 011/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Alexandre Curi, tem por desígnio, dispor sobre o destino de brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantil apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná e dá outras providências.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos regimental e legalmente exigidos. Nesta seara, respeitando-se a alçada desta Comissão Permanente, deve-se sopesar sobre a viabilidade financeira do projeto de lei.

Diante da situação ora gizada, este Parlamento manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida. Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 26.05.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 011/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 011/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por escopo dispor sobre o destino de brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantil apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná e dá outras providências.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta

Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei não encontra óbice legal em prosseguir, salientando-se que se trata de iniciativa de grande mérito e interesse social, que merece consideração e apreço, pois vem ao encontro da necessidade de destinação a objetos apreendidos, dando-lhes melhor aproveitamento.

#### Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança apresenta parecer favorável à presente Indicação nº 011/2004, objeto de análise.

Sala das Comissões, em 28.06.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório a todos os locais que tenham atividades culturais, esportivas e de lazer em geral, concederem 50% de desconto nos ingressos para os idosos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. (Publ. no DA nº 026/2004, de 13.04.2004).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 117/2004

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 117/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, torna obrigatório a todos os locais que tenham atividades culturais, esportivas e de lazer em geral, concederem 50% de desconto nos ingressos para os idosos e dá outras providências.

#### Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

O projeto está de acordo com a Lei 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, que em seu artigo 23 assim dispõe:

“Art. 23 - A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.”

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 117/2004

O plano de lei em análise, de autoria do Deputado Mauro Moraes, tem por objetivo tornar obrigatório que todos os locais que tenham atividades culturais, esportivas e de lazer em geral, concedam 50% de desconto nos ingressos para os idosos.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Assim sendo, no que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 7º, do artigo 33, do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo, por tratar-se de matéria que visa beneficiar os idosos, conforme determina a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso. Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 02.08.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

NELSON TURECK - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 291, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. **Aprovado.** Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 117/2004.

#### O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Queria registrar nos Anais desta Casa a presença do ex-Prefeito de Reserva do Iguaçu, Juca Farah, acompanhado dos Vereadores Lincoln, Lucas e de alguns amigos daquele Município.

Também registrar a presença do ex-Prefeito de Teixeira Soares, Tony Pires, que também nos prestigia com a sua presença.

#### Requerimentos

#### O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Sobre a mesa, Requerimento nº 253, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 254, 255 e 299, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 257 a 259, 308, 309 e 312, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 261 a 269, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 271 e 313 a 315, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 274 e 326, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 275, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 278, 279, 281, 293, 329 e 332, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 280, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 282, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 283 a 287, 334 a 336, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 288 a 290, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 292, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 294, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 297 e 298, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 310, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 311, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 317, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 319, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 320-A, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 322, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 323, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 333, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e demais Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 339 a 340, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

### ***Explicações Pessoais:***

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Barbosa Neto. (**Ausente**)

Ao Deputado Beraldin. (**Ausente**)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Eu peço desculpas. Não havia observado que o Deputado Neivo já se encontrava na tribuna. Passo V. Exa. para o Horário de Explicações Pessoais da Sessão de segunda-feira.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Solicito agora, Sr. Presidente, porque já tem um inscrito.

O Deputado Barbosa não veio. Solicito a minha inscrição!

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

O Deputado já estava inscrito. Declinou e eu não tenho como reinscrevê-lo. Passo de imediato a palavra ao Sr. Deputado Neivo Beraldin, por dez minutos.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna mais para prestar contas do trabalho que realizamos na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização de Controle da Assembléia Legislativa do Paraná que contou com a colaboração dos Deputados Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Nelson Tureck, Valdir Leite e o Deputado Artagão.

A Comissão de Investigação e Controle da Assembléia Legislativa realizou algumas audiências e destacamos alguns pontos que ela se preocupou.

Porto de Paranaguá: início de trabalho que culminou com a instalação de uma CPI e a realização de uma audiência pública, de âmbito nacional, para discutirmos as questões dos portos brasileiros.

Eixo Metropolitano de Curitiba, todos lembram que o Prefeito Cássio Taniguchi pretendia, às pressas, realizar uma obra a um preço muito elevado, que não vinha ao encontro de interesse do Município de Curitiba.

Nós instalamos uma Comissão Especial, que analisou toda a documentação, tratando desde a licitação, do credenciamento às empresas, adiando assim, dando a oportunidade para o Prefeito Beto, para que possa discutir com mais tranquilidade esse assunto, agora, começando o mandato.

Acidente do Navio Vicuña em Paranaguá: culminou em uma Comissão Especial, para investigarmos o acidente, trazendo o maior prejuízo ambiental na história do Estado do Paraná. Tendo em vista, que explodiu o navio e o óleo acabou chegando até os manguezais, as nossas pedras, prejudicando sobre maneira o nosso litoral, sobretudo os pescadores. A Comissão esteve presente e conseguiu um termo, um compromisso, que está sendo cumprido pelos operadores, pelas empresas que formam o “pool”, a COMPAGÁS. Enfim, todos os

envolvidos acabaram assinando um termo e está sendo cumprido.

A Comissão de Fiscalização e Controle atuou prontamente na questão do dinheiro da COPEL investido no Banco Santos. A Comissão investigou e fez a auditoria da SANEPAR verificando os prejuízos e os fatos foram enviados ao Ministério Público Estadual e à Justiça Federal.

Aquisição de Títulos Podres do Estado do Paraná, com relação aos títulos de Alagoas. A Comissão de Fiscalização e Controle realizou inúmeras audiências públicas ouvindo o intermediário dos Títulos Podres, que o Estado do Paraná, mais precisamente a Carteira de Câmbio do Banco do Estado do Paraná em relação àqueles títulos. Hoje, o que se verificou, que Alagoas deve ao Estado do Paraná em torno de R\$ 170 milhões de reais, tendo em vista que o Tesouro Nacional, disse que não é legal um contrato de Estado para Estado.

Portanto, está nulo aquele contrato onde o Paraná dava doze anos de carência para o Estado de Alagoas ressarcir o Estado do Paraná.

Então, está à disposição do Governo do Paraná toda a documentação, contrato assinado e audiências feitas com vários Secretários de Estado. Enfim, foi tratado desse assunto com muito carinho.

Acompanhamento de despesas com relação ao Tribunal de Contas, ao Tribunal de Justiça e inclusive, à Assembléia Legislativa, e no momento a Comissão está fazendo uma auditoria na COMPAGÁS, que distribui o gás para Curitiba e região, mais precisamente importante em Campo Largo, aonde gera três mil empregos diretos na produção de louças e de outros materiais.

Anuncio então a nossa reeleição para essa Comissão, e quem são os membros: Deputados Elton Welter, Duílio Genari, Plauto Miró, Francisco Bühner e Reni Pereira.

Desejo a todos que nos acompanhem com o mesmo rigor, com a mesma fibra, no sentido de estarmos presentes fiscalizando os interesses do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Deputado Neivo, só para seu conhecimento, com relação à COMPAGÁS, sei que já foi feito uma série de estudos e o Governador deverá, nesta semana ainda, provavelmente, tomar uma decisão a respeito de algumas ações.

Quero parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que faz à frente da Comissão de Fiscalização, em nome de toda a Assembléia Legislativa de todo o Estado do Paraná.

Em nome do Deputado Elton Welter, quero saudar o Vereador José Costa, de Assis Chateaubriand, que se encontra conosco nesta tarde.

### ***Ordem do Dia da próxima Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 313, 364, 389 e 401/2004.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atas das Comissões***

##### COMISSÃO DE FINANÇAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Vanderlei Iensen, Cida Borghetti, Ademar Traiano e Marcos Isfer. O senhor Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda à leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O Sr. Presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano. Relatora Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Indicação nº 15/2003, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
WILSON PENKA - Secretário

##### COMISSÃO DE FINANÇAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças,

na sala de reuniões, das comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Vanderlei Iensen, Marcos Isfer, Dobrandino da Silva, Cida Borghetti, Ademar Traiano e André Vargas. O senhor Presidente solicita ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Deputado Vanderlei Iensen pede a dispensa da leitura. O Sr. Presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 597/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/2003. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 660/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2003. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 682/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2003. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 683/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2003. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 686/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2003. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 696/2003, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 697/2003, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 422/2003, de autoria dos Deputados Ratinho Júnior e Barbosa Neto. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projetos de Lei nºs 435/2003 e 452/2003, de autoria dos Deputados Arlete Caramês e Antonio Anibelli. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 642/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier. Relator Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 167/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO.

18) Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 653/2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Relator Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 20) Projeto de Lei nº 484/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Relator Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 21) Projeto de Lei nº 268/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Relator Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 22) Indicação nº 89/2003, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Relator Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 23) Indicação nº 115/2003. Relator Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 24) Projeto de Lei nº 574/2003, de autoria da Deputada Elza Correia. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 25) Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 26) Projeto de Lei nº 560/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 27) Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Relator Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 28) Projeto de Lei nº 168/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 29) Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano. Relatora Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 30) Indicação nº 094/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano. Relatora Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 31) Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos Deputados Dr. Luciano e André Vargas. Relatora Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 32) Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral. Relatora Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM EMENDA. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, Secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

### ***Errata:***

**Estamos republicando o Projeto de Lei nº 006/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, por ter sido publicado com o número 005, no Diário da Assembléia nº 001/2005, de 16.03.2005.**

PROJETO DE LEI Nº 006/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Nos casos de contratação de demanda de potência não incidirá o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, sob nenhum título.

§ 1º O tributo tratado no *caput* somente incidirá sobre a quantidade e energia elétrica efetivamente consumida.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contados da data de sua publicação, inclusive no que tange à atuação da empresa concessionária estadual de energia elétrica.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do Legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

As empresas paranaenses são clientes da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica S/A, de quem compram a energia elétrica que consomem no seu estabelecimento, indispensável para o desenvolvimento de suas atividades.

Mensalmente recebem a respectiva fatura de cobrança da COPEL, que nos termos do artigo 11 do Decreto nº 62.724 de 17 de maio de 1968, cobra uma importância relativa ao consumo de energia elétrica e

outra relativa à demanda de potência (ou seja, potência de energia que é colocada à disposição do consumidor mas que não é consumida). Os respectivos valores vêm discriminados na conta de luz. Assim, por exemplo, no mês de agosto de 2001, na conta de luz da Auto foram cobrados R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de consumo de energia e R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de demanda de potência.

Conforme discriminado nessas mesmas faturas, incide ICMS indistintamente, tanto sobre o valor do consumo efetivo quanto sobre o valor cobrado a título de demanda ou reserva, de potência.

É por ser inconstitucional e ilegal a exigência do ICMS sobre a parcela relativa à demanda de potência que se propõe o presente projeto de lei.

O ICMS vem genericamente previsto no artigo 155, II, da Constituição Federal, que institui: “Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.”

Ou seja, o ICMS é um imposto que incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços específicos, previstos *numerus clausus* na Constituição Federal (serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação).

É pacífico na doutrina e na jurisprudência que a incidência do ICMS sobre as operações relativas à circulação de energia elétrica decorre da inclusão desta como espécie do gênero mercadoria.

No caso do ICMS cobrado nas faturas de energia elétrica, no entanto, verifica-se que o imposto incide indistintamente sobre a parcela de valor relativa ao consumo efetivo da mercadoria energia elétrica e também sobre a parcela de valor relativa à demanda de potência.

Ocorre, porém, que a demanda de potência não se amolda ao conceito de mercadorias, nem tampouco sua exigência configura circulação. Nesse sentido, mister se faz buscar o conceito de circulação de mercadorias para fins de incidência do ICMS, como meio de se identificar com clareza as operações que se inserem no aspecto material da hipótese de incidência daquele imposto, e quais não.

Em primeiro plano, deve-se ter em mente que o termo circulação de mercadorias traduz uma operação jurídica, ou seja, uma transferência de domínio (tradição), seja através da compra e venda, escambo, doação ou dação. Neste ponto a doutrina é unânime, *ad litteram*:

**Paulo de Barros Carvalho:**

“Circulação é a passagem das mercadorias de uma pessoa para outra, sob o manto de um título jurídico, equivale a declarar, à sombra de um ato ou de um contrato, nominado ou inominado. Movimentação, com mudança de patrimônio.”<sup>2</sup>

**Geraldo Ataliba e Cleber Giardino:**

1. STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

“Circular significa, para o Direito, mudar de titular. Se um bem ou uma mercadoria mudam de titular, circula para efeitos jurídicos. Convenciona-se designar por titularidade de uma mercadoria, à circulação de alguém deter poderes jurídicos de disposição sobre a mesma, sendo ou não seu proprietário (disponibilidade jurídica).”<sup>1</sup>

**Carvalho de Mendonça:**

“As mercadorias passando por diversos intermediários no seu percurso entre os produtores e os consumidores, constituem variados e sucessivos contratos. Na cadeia dessas transações dá-se uma série continuada de transferência da propriedade ou posse das mercadorias. Eis o que se diz circulação de mercadorias.”<sup>2</sup>

**Roque Carraza:**

“De fato, o ICMS sobre operações mercantis só pode ser exigido quando comerciante, industrial ou produtor pratica um negócio jurídico que transfere a titularidade de uma mercadoria.

.....  
Em suma, o ICMS é devido quando ocorrem operações jurídicas que levam mercadorias da produção para o consumo.”<sup>3</sup>

Portanto, no caso da energia elétrica, só há circulação da mercadoria quando esta efetivamente é transferida ao consumidor, ou seja, quando efetivamente há transferência de titularidade da mercadoria do produtor/distribuidor da energia para o consumidor, o que, em termos práticos, equivale à energia elétrica passar através do relógio de medição de consumo instalado em cada imóvel, e não simplesmente circular pela rede elétrica existente à frente do mesmo imóvel.

Para o Direito tributário é irrelevante que na rede elétrica das vias públicas circule energia elétrica, pois esta circulação é apenas física e não jurídica. Somente quando a energia sai da rede, passa no relógio de medição e ingressa no imóvel do consumidor é que se dá o negócio jurídico circulação a que se refere a Constituição Federal em seu artigo 155, inciso II.

Assim o ICMS incide apenas sobre o total da energia elétrica consumida pelo cliente da concessionária, e não sobre o montante de energia elétrica produzida e posta à disposição dos consumidores. Eventuais excessos de produção não podem ser taxados com o ICMS, pois esta hipótese não está albergada na lei.

2. Paulo de Barros Carvalho, Regra Matriz do ICM. Tese apresentada para obtenção do Título Livre-Docente da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1981, conclusão nº 26, pág. 74, apud Carraza, Roque Antonio, ICMS, Editora Malheiros.

1. Geraldo Ataliba e Cleber Giardino, Núcleo da definição Constitucional de ICM. RDT, vols. 25/26, São Paulo, Editora RT, pág. 111.

2. Carvalho de Mendonça, Tratado de Direito Comercial Brasileiro, vol I, pág. 76, Editora Freitas Bastos.

3. Roque Antonio Carraza - ICMS, Ed. Malheiros, pág. 37.

No caso da “demanda da potência” ou “reserva de potência”, o consumidor paga à concessionária uma certa quantia para ter sempre à sua disposição uma determinada quantidade de energia, que poderá ou não ser consumida no decurso do mês. A concessionária cobra pela reserva da energia, pouco importando se a mesma será consumida ou não. Assim, no caso da “demanda de potência” ou “reserva de potência” não existe circulação de mercadoria (pois a energia elétrica não muda de dono) de sorte que os valores cobrados a este título não poderia incidir ICMS. Neste diapasão, adverte Marciano Seabra de Godoi e Luciana Goulart Ferreira Saliba,<sup>4</sup> *verbis*:

“No caso em exame, o proceder que gera a incidência do ICMS é a realização da circulação da mercadoria “energia elétrica”, e não a colocação, à disposição do consumidor, de determinada quota de potência. A reserva de potência, em si, que é imposta pelas normas reguladoras do setor elétrico, não implica a transferência da posse ou propriedade da mercadoria “energia elétrica” para o consumidor.

.....  
Note-se que o legislador qualificou a operação cujo valor servirá de base de cálculo ao ICMS sobre operação, mas somente daquela da qual decorrer a saída do produto. Logo é avesso a qualquer lógica jurídica supor que uma operação de que não resulte saída do produto possa servir de base de cálculo ao imposto.

Assim, como são nítidos “*in casu*” dois valores correspondentes a duas situações fáticas distintas (numa, fornecimento de energia, noutra, garantia de potência), e uma destas situações não chega a configurar o fato gerador do ICMS, somente caberá falar da incidência do imposto sobre o valor da operação de que resultou a saída de energia - e não daquela que resultou mera garantia de potência.

.....  
A “demanda reservada de potência”, por não se constituir em operação de circulação da mercadoria “energia elétrica”, não é fato gerador do ICMS. Este imposto, por força das disposições contidas na Constituição Federal (art. 155, II e § 3º) e na legislação complementar (Convênio ICMS nº 66/88 a Lei Complementar nº 87/96), tem como aspecto temporal da hipótese de incidência a saída da energia elétrica do estabelecimento produtor, sendo sua base de cálculo o valor da operação da qual decorrer a saída da mercadoria.

O valor destacado nas contas de energia elétrica a título de “consumo” corresponde à efetiva operação de circulação de mercadoria (saída de energia elétrica do estabelecimento produtor) praticada em determinado lapso de tempo, sujeita à incidência do ICMS. Já o valor destacado nas contas de energia elétrica sob a rubrica

4. Inconstitucionalidade e Ilegalidade da Exigência do ICMS sobre a “Demanda Reservada de Potência”, Revista Dialética de Direito Tributário nº 63, pág. 128/135.

“demanda” refere-se à energia elétrica que a concessionária poderia ter sido chamada a entregar ao consumidor. A tarifa correspondente à “demanda”, contrariamente à tarifa relacionada ao “consumidor”, visa a recompensar a concessionária pelo serviço público (fornecimento de energia elétrica) que, apesar de não ter sido prestado, foi posto à disposição do consumidor.

A exigência do ICMS sobre o valor referente à “demanda reservada de potência”, portanto, implica cobrança de tributo sem que tenha ocorrido o seu respectivo fato gerador, que é “realizar” operação de circulação da mercadoria “energia elétrica”. Tal exigência, além de ferir a Constituição Federal, agredia o Convênio ICMS 66/88 e agride a Lei Complementar nº 87/96.

Esta também é a orientação doutrinária de Gilberto Ulhôa Canto<sup>1</sup>, *ipsis dixit*:

“Feitas as considerações que precedem, posso concluir que o valor da operação que é a base de cálculo lógica e típica no ICMS, como era no regime do ICM, terá de consistir, na hipótese de energia elétrica, no valor da operação de que decorrer a entrega do produto ao consumidor (art. 19, do Convênio ICM nº 66/88). E este é, sem a menor possibilidade de dúvida, o da energia elétrica efetivamente consumida, que corresponde, no caso da energia elétrica, ao valor da operação de que decorreu a saída, que é a energia consumida.

.....  
É de toda evidência que o ICMS incide sobre o valor da energia elétrica efetivamente consumida, pois só ela pode ser considerada como entregue ao consumidor, ou, como simples alegoria, como tendo saído da linha de transmissão, e entrado no estabelecimento da consulente. Nem se pretenda que, estando obrigada a pagar pela energia contratada o consumidor deve considerá-la como preço do KWh para efeito de determinação da base de cálculo do ICMS em vez do valor referente aos KWh realmente consumidos. Se assim fosse, estaríamos incorrendo em absurdo, até porque quem consumisse menos do que o contratado pagaria pelo fornecimento de quantidades de KWh diferentes, um mesmo e único preço. Acresce que a diferença entre a maior quantidade de KWh contratados e a menor de KWh efetivamente consumidos não pode ser tratada como preço do que tiver sido

1. Direito Tributário Aplicado, Rio de Janeiro, 1992, Editora RT, página 125.

consumido, pois este é o objetivo da tarifa fixada pelo Poder Público por unidade de KWh entregue ao consumo, preço esse que não pode ser excedido.

Neste mesmo sentido já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça em recente decisão publicada no DJU de 15 de maio de 2000, *ad litteram*:

“Tributário - Energia Elétrica - contrato de demanda reservada de potência - fator gerador - incidência:

1 - O valor da operação, que é a base de cálculo lógica e típica no ICMS, como era no regime de ICM, terá de consistir, na hipótese de energia elétrica, no valor da operação de que decorrer a entrega do produto ao consumidor. (Gilberto Ulhôa Canto).

2 - O ICMS deve incidir sobre o valor da energia elétrica efetivamente consumida, isto é, a que for entregue ao consumidor, a que tenha saído da linha de transmissão e entrado no estabelecimento da empresa.

3 - O ICMS não é imposto incidente sobre tráfico jurídico, não sendo cobrado, por não haver incidência, pelo fato de celebração de contratos.

4 - Não há hipótese de incidência do ICMS sobre o valor do contrato referente a garantir demanda reservada de potência.

5 - A só formalização desse tipo de contrato de compra ou fornecimento futuro de energia elétrica não caracteriza circulação de mercadoria.

6 - A garantia de potência e de demanda, no caso de energia elétrica, não é fato gerador de ICMS. Este só incide quando concretamente, a energia for fornecida e utilizada, tomando-se por base de cálculo o valor pago em decorrência do consumo apurado.

7 - Recurso conhecido e provido por maioria.

8 - Voto vencido no sentido de que o ICMS deve incidir sobre o valor do contrato firmado que garantiu a “demanda reservada de potência”, sem ser considerado o total consumido”<sup>2</sup>.

É de se ressaltar ainda que o presente projeto, além de trazer mais justiça às formas de cálculo de cobrança do ICMS sobre consumo de energia elétrica, resgata o conceito de que a cobrança somente se justifica pelo pagamento do que realmente se utiliza.

2. RESP 222810/MG, DUJ 15/05/2000, pág. 00135, Relator Ministro Luiz Pereira, Órgão Julgador 1ª Turma.